



Plano de Atividades e Orçamento 2026



Índice

I. Mensagem da Bastonária	5
II. Enquadramento jurídico	7
III. Missão, visão e valores	8
IV. Ética, transparência e responsabilidade	9
V. Princípio da qualidade	10
VI. Análise SWOT	11
VII. Dinamização das representações	12
VIII. Órgãos sociais para o quadriénio 2025-2028	13
IX. Estrutura interna	17
X. Vetores estratégicos	18
XI. Atividades e projetos para 2026	24
XII. Orçamento participativo	44
XIII. Recursos Humanos e Financeiros, Orçamento para 2026	45
XIV. Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o período de 2026	67



*"Tantas vezes nós pensamos
ter chegado, Tantas vezes é
preciso ir mais além!"*

Fernando Pessoa

I. Mensagem da Bastonária

Caros colegas,

Olhamos para 2026 com ambição, energia e uma redobrada força de inovar e catapultar os contabilistas certificados para novos patamares de excelência, reconhecimento e interesse público através de um conjunto de iniciativas e projetos, dos quais destacamos o "Contabilista 3.0".

No presente Plano de Atividades e Orçamento para 2026, apresentamos de forma clara e responsável, o compromisso da Ordem dos Contabilistas Certificados com a defesa do interesse público, com a valorização da nossa profissão e, acima de tudo, com o serviço diário prestado a cada membro. A Ordem existe para regular, disciplinar e dignificar a atividade do contabilista certificado, criando melhores condições para o seu exercício e reforçando o prestígio social de uma profissão essencial ao funcionamento saudável das empresas, da economia e do Estado social. É esta missão, sustentada por valores como profissionalismo, integridade, transparência, independência, sustentabilidade, inovação e responsabilidade social, que orienta todas as escolhas aqui apresentadas.

Construímos o presente plano estratégico assente sobre três vetores estratégicos determinantes: O Contabilista 3.0; O reforço da qualificação, atração e valorização da profissão; e A transformação digital e a inovação ao serviço dos membros. Estes vetores não são slogans, são linhas de ação com medidas concretas, desenhadas para que cada peça se encaixe num objetivo comum, potenciar o contabilista certificado, criar valor para a economia e proteger o interesse público da nossa profissão.

O contabilista certificado desempenha um papel fundamental no funcionamento e desenvolvimento saudável e transparente da economia e sociedade civil em todo o mundo. Apoiando, guiando e orientado o profissional, o Contabilista 3.0 tem de se libertar de tudo o que é redutor na sua relação com a empresa e entidades públicas e focar-se naquilo que é verdadeiramente importante. Para tal, pretendemos desenvolver e implementar um processo centralizador de documentos, zero papel, em que exista uma entidade que centralize todos os documentos das empresas e os disponibiliza automaticamente, após consentimento, aos contabilistas certificados responsáveis pelas empresas.

O reforço da qualificação, atração e valorização da profissão continuará a ser um eixo estratégico central para a Ordem dos Contabilistas Certificados, num contexto em que as exigências regulatórias, tecnológicas e sociais evoluem rapidamente. Desde o acesso à profissão, a formação profissional contínua, na vertente técnica e pessoal, é o garante do exercício da profissão pautado pelos mais elevados valores éticos e profissionais.



Paralelamente, continuaremos a garantir que os novos meios de acesso à profissão estão equilibrados entre a não existência de barreiras e o rigor necessário para se exercer uma profissão de interesse público e valor acrescentado.

A transformação digital e inovação ao serviço dos membros, é hoje inseparável do futuro da profissão. Em 2026 consolidaremos a reformulação dos sistemas informáticos da Ordem e intensificaremos o desenvolvimento do TOOnline, com uma nova experiência de utilização, mais rápida e alinhada com as necessidades concretas dos gabinetes e empresas. Daremos início à integração de capacidades de inteligência artificial, quer para automatização de tarefas quer para apoio à análise e consultoria dos contabilistas certificados, incluindo ferramentas de orientação técnica baseadas em IA e uma secretária virtual de suporte à agenda profissional. Este avanço será acompanhado por um reforço exigente da segurança da informação, com investimentos em cibersegurança e autenticação segura.

Este Plano de Atividades assenta numa governação responsável e transparente. A Ordem é dos seus membros e para os seus membros, mantendo o equilíbrio entre a defesa do interesse público e a proteção dos direitos e interesses profissionais. A transparência, o rigor no controlo das despesas e a prudência na afetação de recursos são compromissos que se renovam em 2026, com a continuidade da divulgação regular da situação financeira da Ordem e o cumprimento escrupuloso das normas de contratação pública.

O PAO 2026 é, em essência, um pacto de confiança. Confiança na força da nossa profissão, na sua capacidade de se adaptar, reinventar, liderar e superar desafios, e na Ordem enquanto casa comum, próxima, moderna e solidária. Conto convosco para transformar estas linhas em ação concreta, continuando a afirmar o contabilista certificado como pilar de rigor, transparência e desenvolvimento económico do país.

Paula Franco, bastonária

II. Enquadramento jurídico



A Ordem foi criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, pela Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, pela Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, pela Lei n.º 24 – D/2022, de 30 de dezembro, e mais recentemente pela Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro, sendo uma pessoa coletiva de direito público representativa dos profissionais que exercem a atividade de contabilista certificado, que ascendem, à presente data, a 70.208 membros com a inscrição ativa, dos quais 39.534 são mulheres e 30.674 homens, contando ainda com 1.971 membros com a inscrição suspensa, totalizando 72.179 membros.

A Ordem rege-se pelo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), pela Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, alterada pela Lei n.º 53/2015, de 11 de junho e mais recentemente pela Lei n.º 12/2023, de 28 de março, pelos regulamentos da Ordem, pelo Código do Procedimento Administrativo e pelos princípios gerais de direito administrativo, a sua organização interna, bem com pelas normas e os princípios que regem as associações de direito privado.

A instituição tem sede na Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45, Lisboa e possui representações permanentes em todo o território nacional, nomeadamente, nos distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, e nas regiões autónomas dos Açores (Ponta Delgada) e da Madeira (Funchal).

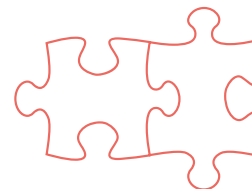
A Ordem prossegue os seus fins e atribuições através dos seus órgãos estatutariamente previstos no art. 35.º do seu Estatuto, independentes entre si e dispondo de um quadro de competência que pretendem o reforço da transparência na governação da instituição, mais concretamente: Assembleia representativa; Assembleia geral eleitoral; Bastonário; Conselho diretivo; Conselho de supervisão; Conselho jurisdicional; Conselho fiscal; Provedor dos destinatários dos serviços; e os Colégios de especialidade, quando existam.

Nos termos da alínea a) do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), compete ao Conselho Diretivo "elaborar até 30 de novembro de cada ano, o plano de atividades e o orçamento para o ano civil seguinte.". Nesse sentido, tendo legitimidade e encontrando-se em tempo para tal, apresenta o Conselho Diretivo o Plano de Atividades e Orçamento para 2026 (PAO 2026).

O plano de atividades é o documento que reflete o pensamento sobre o que será a ação num ciclo anual e representa para o Conselho Diretivo um compromisso perante todos os membros da Ordem e demais interessados na profissão de contabilista certificado.



III. Missão, visão e valores



MISSÃO

A Ordem tem como missão regular e disciplinar a profissão de contabilista certificado, com o objetivo de melhorar as condições para o exercício profissional, credibilizar e dignificar a classe e defender o interesse público da profissão e dos seus profissionais.

VISÃO

Os contabilistas certificados são sinónimo de confiança. Nesse sentido, e percebendo o interesse público da profissão, a Ordem tem como visão a excelência da profissão e dos profissionais, pugnando pelo seu desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuos.

VALORES

Profissionalismo | Integridade | Transparência | Independência
Sustentabilidade | Inovação | Responsabilidade Social.

IV. Ética, transparência e responsabilidade



A Ordem dos Contabilistas Certificados, enquanto pessoa coletiva de interesse público e entidade representativa dos profissionais da contabilidade, pauta a sua atuação pelos mais elevados padrões de ética, transparência e responsabilidade.

No cumprimento da sua missão, a Ordem observa rigorosamente os deveres deontológicos estabelecidos no Estatuto e no Código Deontológico dos Contabilistas Certificados, assumindo-se como referência de conduta ética e de exemplaridade profissional.

Enquanto entidade pública, a Ordem compromete-se a assegurar práticas de gestão transparentes, divulgando regularmente informação relevante sobre a sua atividade, políticas estratégicas e situação financeira, e mantendo-se acessível a todos os que possuam um interesse legítimo na instituição e na profissão.

Reconhecendo o interesse público que a caracteriza e o papel essencial dos contabilistas certificados na sociedade, a Ordem atua com responsabilidade nos diversos domínios da sua intervenção, promovendo a responsabilidade social e contribuindo para o desenvolvimento sustentado da profissão e da comunidade.



V. Princípio da qualidade

A política de qualidade da Ordem assenta na prestação de um serviço de excelência aos seus membros, sustentado pela articulação eficaz entre colaboradores, membros e órgãos sociais, e orientado por práticas de comunicação, gestão e definição estratégica transparentes, éticas e responsáveis.



VI. Análise SWOT*

S	W
O	T

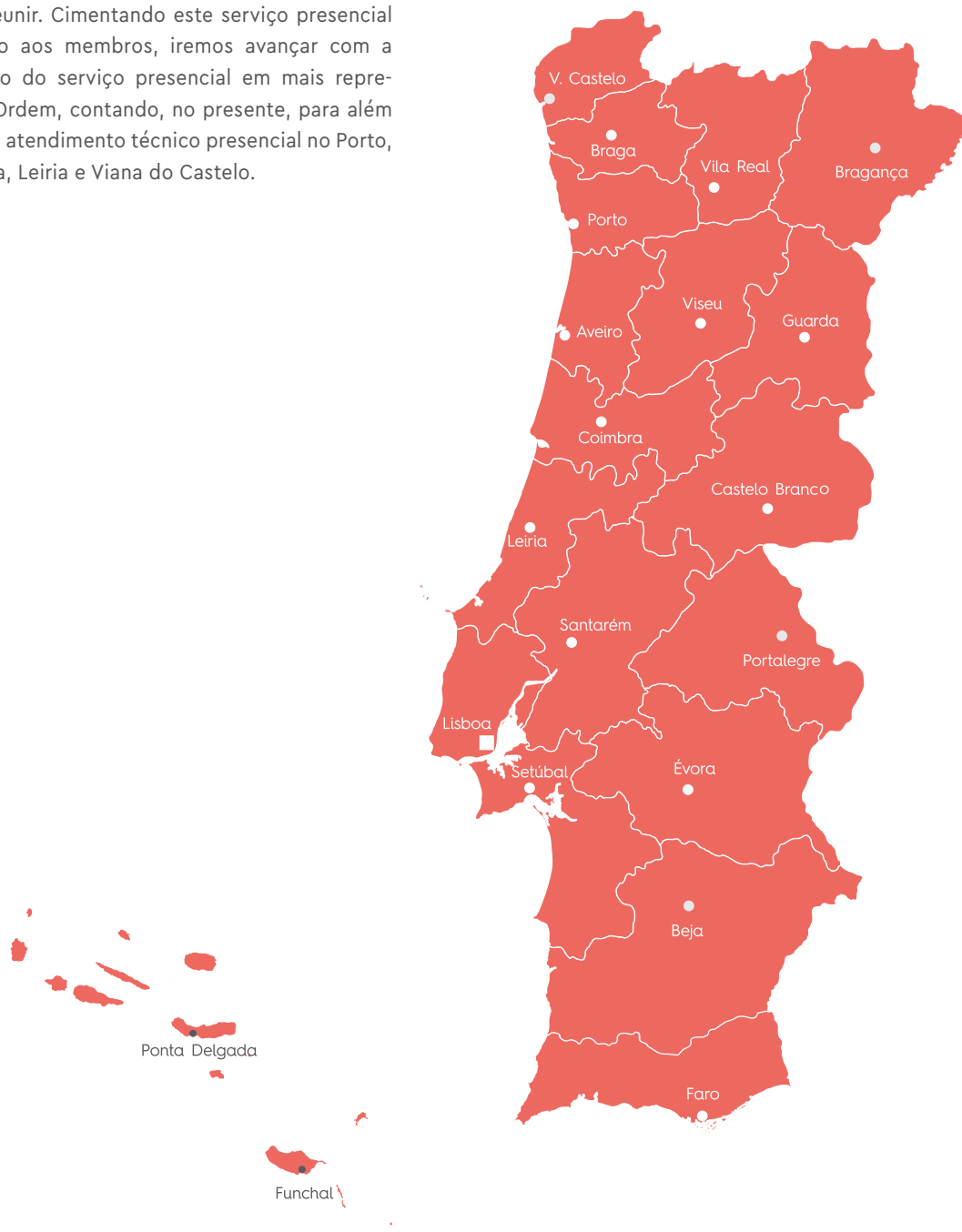
<p>FORÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Competência técnica; • Formação inovadora; • Resposta célere; • Proximidade territorial; • Apoio aos membros; • Reconhecimento institucional; • Coesão profissional. 	<p>FRAQUEZAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento deontológico; • Falta de especialistas; • Processos pouco digitalizados; • Instabilidade legislativa; • Dependência normativa.
<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Transformação digital; • SNC-AP; • ESG; • Reforço regulatório; • Aumento de membros; • Novos modelos de acesso à profissão; 	<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instabilidade internacional; • Crise global; • Concorrência desleal; • Ciberataques; • Envelhecimento demográfico; • Retenção de talento.

*Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)

VII. Dinamização das representações



Temos representações atualizadas em todas as capitais de distrito do nosso país e manteremos a sua disponibilização gratuita a todos os membros que nelas queiram trabalhar ou reunir. Cimentando este serviço presencial descentralizado aos membros, iremos avançar com a disponibilização do serviço presencial em mais representações da Ordem, contando, no presente, para além de Lisboa, com atendimento técnico presencial no Porto, Braga, Coimbra, Leiria e Viana do Castelo.



VIII. Órgãos Sociais do quadriénio 2025-2028



BASTONÁRIO

Bastonária	Paula Maria Pires de Oliveira e Silva Laia Franco
------------	---

CONSELHO DIRETIVO

Vice-presidente	Joaquim Jorge de Carvalho Martins Barbosa
1.º vogal	Ana Cristina Pena Silva
2.º vogal	Manuel Madeira Teixeira
3.º vogal	Álvaro Jorge da Silva Costa
4.º vogal	Maria Clara Roque de Jesus Oliveira
5.º vogal	Pedro Nuno Mendes Ferreira

PROVEDOR DOS DESTINATÁRIOS DOS SERVIÇOS

Provedora	Joana Catarina Barata Reis Lopes
-----------	----------------------------------

CONSELHO DE SUPERVISÃO

Presidente	Mónica Mira D'Andrade
1.º vogal CC	Luís Filipe Rui de Oliveira Caetano
2.º vogal CC	Ângela Maria Rocha e Silva
1.º vogal não CC	Abílio José da Costa Sousa
2.º vogal não CC	Clotilde Paulina da Silva Celorico Palma



CONSELHO JURISDICIONAL

Presidente	Eugénio Lourenço da Silva Faca
1.º vogal CC	Rita Gonçalves Cordeiro
2.º vogal CC	Bruna Catarina Pinto Araújo
1.º vogal não CC	Gonçalo André Mendes
2.º vogal não CC	Paula Cristina Mateus Barata

CONSELHO FISCAL

Presidente	Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes
Vogal	Raquel Vandra da Mota Pinto
ROC	Paula Alexandra Flores Noia da Silveira*

MESA DA ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA

Presidente	Carlos José Castro Alexandre
Vice-presidente	Aníbal José de Sousa
1.º secretário	Isabel Margarida de Faria Alves
2.º secretário	Rita das Neves Marques

ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA

Círculo dos Açores

Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro
Isabel Maria Borges Freitas

*Por substituição temporária

Círculo de Aveiro

João Luís Morcela Rodrigues dos Reis
Arabela Regina Monteiro de Miranda Vilela
Pedro Nuno Bastos Lima
Susana Maria da Costa Neves
Edite Laura Mota de Barros Pereira
Ricardo Daniel da Silva Melo

Círculo Eleitoral de Beja

Luís Miguel de Carvalho Medeiros
Maria Ana Mourão Sargento

Círculo Eleitoral de Braga

José Soares Roriz
Anabela de Jesus Meireles Teixeira Guimarães
Manuel Cruz Gonçalves
Ana Paula Coelho Duarte
Horácio Manuel de Oliveira Lopes Ferreira
Osvaldo Carlos de Sousa Neves

Círculo Eleitoral de Bragança

Aníbal José de Sousa
Maria João Gonçalves Rodrigues

Círculo Eleitoral de Castelo Branco

António Mendes Pinto
Maria Helena Fernandes Lopes

Círculo Eleitoral de Coimbra

Sílvio Carvalho Vilão
Cristina Sofia Batanete Frade Freire
Álvaro Jorge Estevão Simões Lopes

Círculo Eleitoral de Évora

António Manuel dos Santos Nabo
Ana Margarida Mochila Melro Barreto

Círculo Eleitoral de Faro

José Alberto de Brito Pereira
Lizabete Maria Correia de Sousa Sequeira
Carlos Manuel Pera Nunes

Círculo Eleitoral da Guarda

Rosa Maria da Silva Dias
Amâncio Fernandes Antunes

Círculo Eleitoral de Leiria

António Cerejo Moreira Caseiro
Nuno Miguel Domingues Valente
Rita das Neves Marques
Sofia Mónica Bernardes Sabino

Círculo Eleitoral de Lisboa

Carlos José Castro Alexandre
Ana Filipa Coelho Xavier de Basto
Pedro Miguel Baptista Pinheiro
Dulce Cristina Ribeiro Pereira
Rui Manuel Machado Ferreira
Lídia Isabel Ferreira Vieira
António de Jesus Nunes
Mónica Sofia Duarte Marçal
Daniel Pedro de Matos Albuquerque
Laura Maria de Oliveira Santos de Vergueiro Lopes
Maria Paula Nunes Passos Pinto de Magalhães Mendes
César Henrique Duarte Brito
Maria Diotilde Jesus Mateus Videira de Araújo
Flávia Margarida Oliveira dos Santos
Nelson Alexandre Ferreira
Ana Paula de Assunção de Matos Borlido Martins
Renata Filipa Faustino Garcia
Christophe Miguel Primor Pedreira

Círculo Eleitoral da Madeira

João Manuel dos Ramos
Ana Margarida Brazão Escórcio

Círculo Eleitoral de Portalegre

Maria do Carmo Alves dos Santos Pão Alvo
Nuno Miguel da Costa Tavares



Círculo Eleitoral do Porto

Bruno Alexandre da Rocha Silva
Isabel Margarida de Faria Alves
Mário Paulo Batista Cabêda
Fernanda Ferreira Miranda de Freitas
António Jorge Gomes de Azevedo
Júlia Paula da Silva Jardim Martins
Rui Marcelo Lima de Oliveira Santos
Sara Manuela Miranda Pinto Cruz
Armando Jorge de Barros e Silva Machado
Patrícia Daniela Rodrigues Dias Esteves
Ricardo João Lopes Matias
Isabel Vieira Gonçalves Fernandes
João Manuel Marques Lucas

Círculo Eleitoral de Santarém

Manuel Joaquim Borralho Ramalho
Ana Margarida Rodrigues Silvestre
Stéphane José Silvério Carreira Rodrigues

Círculo Eleitoral de Setúbal

Carlos Augusto Cordeiro de Sousa
Ana Margarida Ferreira Traquino
João Pedro Silva Guerreiro Estaço
Elina Alexandra Sabina Costa Pereira
Ricardo Jorge Silva Soares
Sílvia Maria da Silva Moço Loureiro

Círculo Eleitoral de Viana do Castelo

Maria Deolinda Rufino Viana Correia
Secundino Manuel Miranda Cantinho

Círculo Eleitoral de Vila Real

Maria João Pinto Borges
Carlos Alberto Gonçalves dos Santos

Círculo Eleitoral de Viseu

Maria de Lurdes Rebelo Marques
João Carlos Simões Figueiral

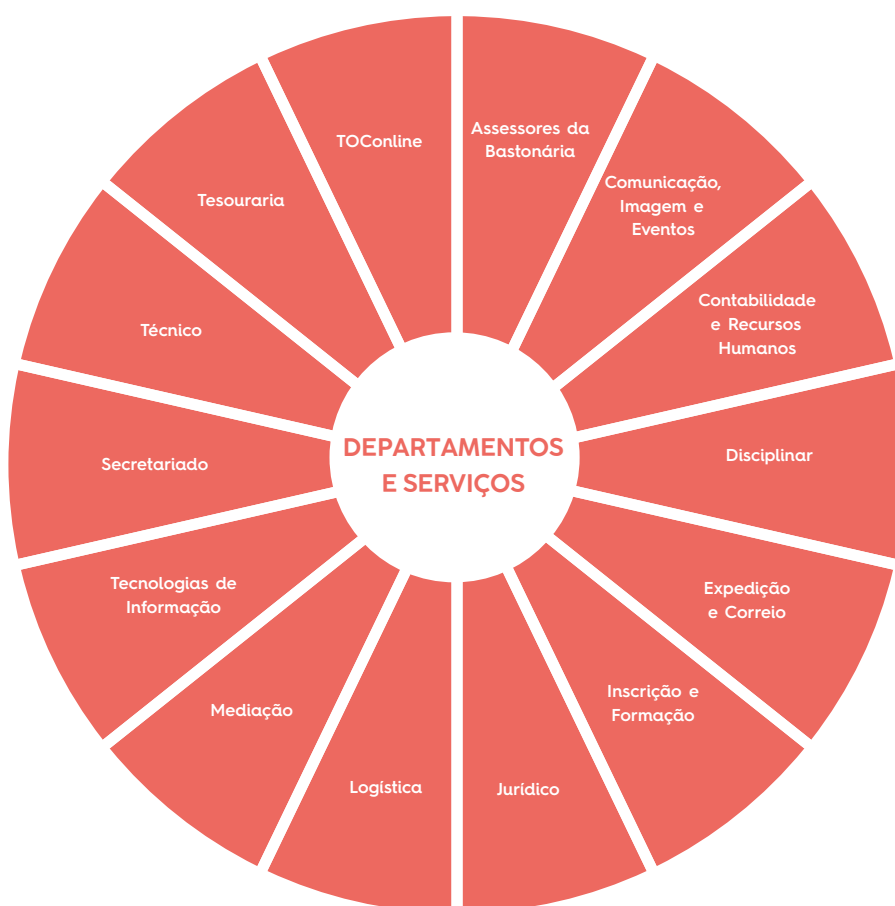
IX. Estrutura interna

A competência, a responsabilidade, a capacidade de resposta, o altruísmo e a agilidade são características transversais a todos os colaboradores da Ordem, permitindo que os diversos serviços e departamentos, nas mais variadas áreas, respondam eficazmente às necessidades dos contabilistas certificados e demais interessados. Fiel a este compromisso, continuaremos atentos e proativos, identificando necessidades e atuando de forma imediata para reforçar os pontos ou áreas de apoio que careçam de melhoria.



Apesar das dificuldades amplamente assumidas por entidades públicas e privadas na contratação de profissionais qualificados e especializados, temos registado, com enorme satisfação, que os nossos processos de recrutamento e seleção têm atraído candidatos de excelência, altamente qualificados. Este rigor e qualidade no recrutamento têm fortalecido os recursos humanos da Ordem e garantindo que, sempre que necessário, possamos contratar com critério e elevado nível de exigência.

Atualmente, a estrutura interna da Ordem integra 181 colaboradores, distribuídos por 14 departamentos e serviços que trabalham de forma cooperante e interligada.



X. Vetores estratégicos

I) O Contabilista 3.0



O contabilista certificado desempenha um papel fundamental no funcionamento e desenvolvimento saudável e transparente da economia e da sociedade civil em todo o mundo. Para além de assegurar o cumprimento rigoroso das obrigações fiscais e contabilísticas, o contabilista atua como um verdadeiro parceiro estratégico para a gestão financeira, ambiental, social e de governança das empresas. Em suma, o interesse público e valor acrescentado da profissão são os alicerces de todo o modelo social do nosso país.

Com vista a reforçar o seu papel, posicionamento, reputação e importância na sociedade, é fundamental que os contabilistas certificados utilizem melhor as ferramentas informáticas ao seu dispor para atempadamente produzirem a melhor informação financeira. Para que tal suceda, é fundamental apostar na partilha ágil, célere e desburocratizada de documentos entre empresários, contabilistas certificados e entidades públicas.

O Contabilista 3.0 deve libertar-se de tudo o que é redutor na sua relação com a empresa e entidades públicas e focar-se naquilo que é verdadeiramente importante. Para tal, pretendemos desenvolver e implementar um processo centralizador de documentos, zero papel, assente numa entidade que centralize todos os documentos das empresas e uma central de consentimento em que os documentos sejam disponibilizados aos contabilistas certificados responsáveis pelas empresas.

Para melhor compreender o objetivo, apresentamos um quadro-resumo da evolução do perfil do contabilista desde a regulação da profissão até à data de hoje.

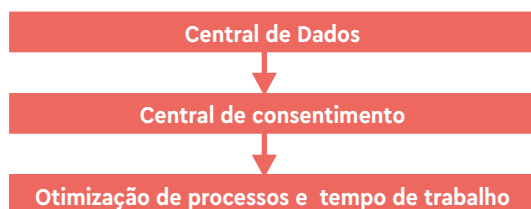
Quadro - Evolução do Contabilista de 1.0 a 3.0

Versão	Características Principais	Competências	Objetivo
Contabilista 1.0 (Tradicional)	<ul style="list-style-type: none"> - Registo manual de documentos - Processos repetitivos - Foco no cumprimento fiscal - Informação disponibilizada a posteriori 	<ul style="list-style-type: none"> - Domínio técnico da contabilidade - Execução operacional 	Garantir conformidade fiscal e contabilística
Contabilista 2.0 (Digital)	<ul style="list-style-type: none"> - Uso de software de gestão - Automatização parcial - Integração de dados (AT, e-fatura, bancos) - Trabalho mais rápido e organizado 	<ul style="list-style-type: none"> - Literacia digital - Interpretação de dados - Processos eletrónicos 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar eficiência e reduzir erros/tempo - Envio da informação para o cliente - Reuniões sobre acontecimentos passados
Contabilista 3.0 (Analítico e Consultor) com Inteligência Prática	<ul style="list-style-type: none"> - Automação avançada - Dashboards em tempo real - Foco em análise e estratégia - Acompanhamento contínuo do negócio 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise financeira - Consultoria de gestão - Ferramentas digitais avançadas (IA, BI) - Comunicação e visão estratégica 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar valor, apoiar decisões e ser parceiro estratégico do cliente - Diminuição das tarefas redutoras - Projetar o futuro - Articular, preparar e antecipar a resolução de problemas

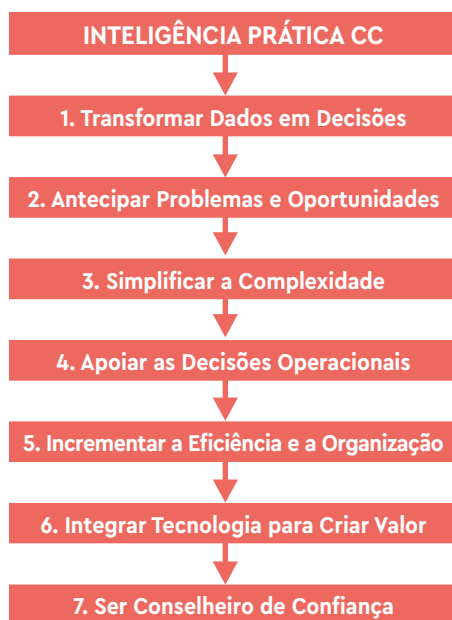
Alcançando o objetivo da centralização de documentos, o que permitirá ao CC aceder e tratar a informação de forma automática, ficando 100% disponível para a sua inteligência prática.

A inteligência prática do contabilista certificado é a capacidade de aplicar conhecimentos técnicos de contabilidade e fiscalidade em situações reais, tomando decisões eficazes e antecipando eventuais problemas antes que aconteçam. A inteligência prática, combinada com ferramentas tecnológicas e com a inteligência artificial, permite ao profissional atuar não apenas como técnico competente, mas como verdadeiro parceiro estratégico do empresário.

Esquemáticamente, podemos sintetizar os elementos essenciais da seguinte forma:



Com a utilização da centralização podemos potenciar a inteligência prática dos contabilistas certificado, a qual assenta em sete pilares fundamentais





Pilar 1. Transformar Dados em Decisões

Com a redução do tempo dispendido no tratamento dos dados, o contabilista deverá recorrer à tecnologia e à inteligência artificial, de forma a permitir a recolha, organização e interpretação de grandes volumes de dados com rapidez e precisão.

O contabilista aplica a sua inteligência prática quando:

- identifica os indicadores que realmente importam para o negócio (por exemplo: custos críticos, margens, fluxo de caixa, produtividade);
- traduz balanços e demonstrações numa linguagem simples e útil;
- mostra ao empresário o que fazer, e não apenas "o que aconteceu".

O Contabilista 3.0, apoiado pela tecnologia e pela inteligência artificial, transforma informação complexa em orientações concretas, permitindo ao empresário tomar decisões mais rápidas, conscientes e estrategicamente fundamentadas.

Pilar 2. Antecipar Problemas e Oportunidades

A inteligência prática manifesta-se na capacidade de prever riscos e de alertar o empresário antes de estes ocorrerem:

- riscos fiscais ou de *compliance*;
- quebras de tesouraria;
- deterioração de margens;
- oportunidades de incentivos, benefícios fiscais ou linhas de apoio.

O Contabilista 3.0 torna-se um verdadeiro radar estratégico, ajudando a empresa a evitar erros dispendiosos.

Pilar 3. Simplificar a Complexidade

A automação reduz gastos e organiza dados, mas é o contabilista que através da sua inteligência prática:

- explica conceitos complexos de forma acessível;
- seleciona apenas a informação relevante;
- orienta o empresário em decisões quotidianas, de forma objetiva.

A tecnologia apoia e reduz tempo dispendido no tratamento de dados, mas é a inteligência prática do Contabilista 3.0 que dá sentido e acrescenta valor ao empresário.

Pilar 4. Apoiar as Decisões Operacionais

Com relatórios inteligentes, o contabilista através da sua inteligência prática contribui para decisões do dia-a-dia, tais como:

- analisar a viabilidade de investimentos;
- calcular preços de venda adequados;
- aconselhar estratégias para reduzir custos ou melhorar as margens;
- gerir prioridades de pagamentos e cobranças.

A inteligência prática assegura recomendações objetivas, rápidas e aplicáveis.

O Contabilista 3.0 atua como parceiro de gestão, e não apenas como técnico.

Pilar 5. Incrementar a Eficiência e a Organização

A inteligência prática também se manifesta no contributo para melhorar processos internos da empresa:

- melhoria dos sistemas de validação/controlo simples mas eficazes;
- gestão eficiente de pagamentos e cobranças;
- definição de rotinas financeiras que libertam o empresário para gerir.

O Contabilista 3.0 contribui para que a organização se torne mais sólida, previsível e competitiva.

Pilar 6. Integrar Tecnologia para Criar Valor

O Contabilista 3.0 coloca a tecnologia ao serviço do empresário:

- automatiza operações;
- cria *dashboards* úteis;
- permite acesso em tempo real à situação da empresa;
- reduz erros e aumenta a produtividade.

A inteligência prática consiste em usar tecnologia de forma pragmática, não como um fim em si mesma, mas acrescentando valor para o empresário tomar decisões.

Pilar 7. Ser Conselheiro de Confiança

O contabilista é muitas vezes a voz externa mais próxima do empresário.

A inteligência prática utilizada pelo contabilista inclui:

- sensibilidade para compreender o contexto humano do decisor;
- capacidade de aconselhar com equilíbrio e realismo;
- visão pragmática e ética.



É a combinação de técnica, experiência e bom senso que transforma o Contabilista 3.0 num verdadeiro aliado estratégico do empresário.

Assim, podemos dizer que a inteligência prática do contabilista ao serviço do empresário consiste em aplicar conhecimento técnico, visão estratégica, capacidade de execução e com o apoio da inteligência artificial para orientar, proteger e potenciar a empresa. Representa, no fundo, o contabilista enquanto tradutor de informação em ação, guia nas decisões difíceis, parceiro no crescimento, garante de segurança e rigor e impulsionador de eficiência e valor, usando a tecnologia e a IA como ferramentas que reforçam a qualidade e a velocidade das suas análises e recomendações. Este é o Contabilista 3.0, este é o perfil do profissional que queremos promover.

Quadro-resumo - Contabilista 3.0

Pilar	O que é	O que faz na prática	Benefício para o cliente
Tecnologia e Automação	Uso de ferramentas digitais para agilizar processos	<ul style="list-style-type: none">• Automação de lançamentos• <i>Dashboards</i> em tempo real• Processos cloud e paperless	<ul style="list-style-type: none">• Menos erros• Mais rapidez• Informação atualizada em tempo real
Análise e Inteligência Financeira	Interpretação de dados e números do negócio	<ul style="list-style-type: none">• KPIs• Margens, custos e rentabilidade• Projeções e alertas	<ul style="list-style-type: none">• Decisões mais informadas• Antecipação de problemas• Clareza sobre o desempenho
Consultoria Estratégica	Apoio contínuo ao cliente como parceiro de gestão	<ul style="list-style-type: none">• Recomendações práticas• Planeamento fiscal e financeiro	<ul style="list-style-type: none">• Crescimento do negócio• Melhor gestão• Contabilista como aliado estratégico• Empresas mais sustentáveis

II) Reforço da qualificação, atração e valorização da profissão

O reforço da qualificação, atração e valorização da profissão continuará a ser um eixo estratégico central para a Ordem dos Contabilistas Certificados, num contexto em que as exigências regulatórias, tecnológicas e sociais evoluem rapidamente. A profissão exige hoje um conjunto alargado de competências especializadas, aliando rigor técnico, capacidade analítica e domínio de novas ferramentas digitais. Assim, torna-se essencial garantir que os contabilistas certificados disponham de formação atualizada e programas estruturados de desenvolvimento ao longo da sua carreira profissional.

Neste sentido, a Ordem reforçará a oferta formativa, apostando em áreas emergentes que estão a moldar o futuro da contabilidade e da fiscalidade, tais como inteligência artificial, relato de sustentabilidade, fiscalidade internacional, gestão de risco e novas exigências de reporte, sem nunca negligenciar os pilares essenciais da profissão, tais como a ética e deontologia, contabilidade, fiscalidade e gestão empresarial.

A atração e retenção de novos talentos para a profissão será igualmente um vetor prioritário ao qual continuaremos a alocar os nossos melhores recursos para dar continuidade

ao projeto iniciado em 2024 e que tão bom resultado tem dado. A Ordem intensificará a sua ligação à sociedade e às instituições de ensino superior, promovendo ações de sensibilização, iniciativas de divulgação científica e programas que realcem o impacto social e económico do trabalho desempenhado pelos contabilistas certificados.

Por fim, a valorização da profissão continuará a ser promovida através do reforço dos instrumentos de apoio ao exercício profissional, da divulgação de boas práticas e do reconhecimento público da excelência técnica e ética dos membros da Ordem. O objetivo é garantir que o contabilista certificado é visto, dentro e fora das organizações, como um agente essencial de confiança, transparência e sustentabilidade, contribuindo de forma ativa para o desenvolvimento económico e para a credibilidade das instituições.

III) Transformação digital e inovação ao serviço dos membros

A transformação digital e a inovação ao serviço dos membros constituem um pilar estratégico essencial para garantir que a Ordem dos Contabilistas Certificados continua a responder de forma eficiente, moderna e relevante às necessidades crescentes da profissão. Num contexto de aceleração tecnológica, marcado por novas exigências de reporte, interoperabilidade e automatização, é indispensável que a OCC lidere processos de modernização que simplifiquem procedimentos e reforcem a qualidade dos serviços prestados aos seus membros.

Neste âmbito, a Ordem continuará a investir na evolução das suas plataformas digitais, com particular enfoque na melhoria da experiência do utilizador, na introdução de serviços inteligentes e na automatização de operações que reduzam a carga administrativa dos contabilistas certificados. A implementação de ferramentas tecnológicas especializadas permitirá aumentar a eficiência, reduzir erros e apoiar o cumprimento atempado das obrigações declarativas. Para esse efeito, a Ordem dos Contabilistas Certificados continuará a desenvolver e disponibilizará uma ferramenta de apoio e orientação técnica com base em inteligência artificial e uma secretária virtual para apoiar o trabalho e a agenda do contabilista certificado.

A inovação digital será igualmente acompanhada por um forte compromisso com a segurança da informação, garantindo que todos os sistemas, dados e interações dos membros com a OCC decorrem em ambientes robustos e fiáveis. A Ordem reforçará as políticas de cibersegurança, investirá em mecanismos de autenticação segura e promoverá práticas de proteção de dados alinhadas com as melhores normas internacionais. Este esforço é fundamental para assegurar a confiança dos membros e das entidades externas que se relacionam com a instituição.

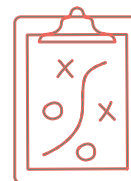
Por último, a OCC intensificará a sua participação em iniciativas nacionais de simplificação administrativa e digitalização dos processos contabilísticos, fiscais e empresariais, contribuindo ativamente para a construção de um ecossistema empresarial e tecnológico mais racional, eficiente e orientado para o utilizador.

XI. Atividades e projetos para 2026

A) A Ordem dos Contabilistas Certificados

Ações previstas:

- Prosseguir o trabalho de valorização e elevação do estatuto social da profissão, reconhecendo que o papel técnico e a relevância económica e social dos contabilistas certificados justificam o mais elevado nível de prestígio junto da sociedade civil;
- Promover o Livro da Contabilidade através da realização de conferências, ações de sensibilização e iniciativas de divulgação, assegurando que a contabilidade e o papel dos contabilistas certificados chegam a todos os públicos interessados;
- Reforçar os esforços para a alienação do imóvel situado na Av. Gago Coutinho, em Lisboa, destinando a receita obtida aos investimentos necessários para a expansão e melhoria dos serviços prestados aos membros;
- Realizar um estudo exaustivo sobre o Fundo de Pensões, analisando a sua viabilidade e, caso se entenda necessário, adotar novas estratégias;
- Estabilizar e consolidar o processo de reformulação dos sistemas informáticos da Ordem, reforçando a segurança dos dados, a rapidez dos acessos e a eficiência dos procedimentos internos e externos da instituição;
- Elaborar, apresentar e discutir o regulamento da certificação de qualidade e o dos colégios de especialidade, bem como todos os demais regulamentos que ainda se revelem necessários à luz do novo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados;
- Adquirir um imóvel nas proximidades da sede da Ordem, destinado a acolher atividades de formação, eventos, serviços de catering e apoio ao auditório;
- Manter uma defesa intransigente do dever de sigilo profissional, reforçando a formação contínua e assegurando a proteção dos membros sempre que este princípio fundamental esteja em risco;
- Continuar a investir em merchandising OCC inovador e atrativo, utilizando-o como veículo de promoção da profissão e de fortalecimento da união da classe;
- Assegurar a continuidade da disponibilização gratuita, para todos os membros, de espaços de trabalho e salas de reuniões em todas as representações da Ordem;
- Reforçar a promoção e desenvolvimento de iniciativas destinadas à criação contínua de ferramentas de software de apoio à contabilidade, garantindo que as soluções utilizadas pelos contabilistas certificados acompanham as mais recentes exigências legislativas e profissionais;



- Criar um serviço de consultas de medicina geral e familiar e psicologia, em modelo *online*, para todos os contabilistas certificados;
- Implementação de um programa nacional que envolva estudantes, jovens profissionais e recém-inscritos na OCC, permitindo atrair talento jovem para a profissão e assegurar a sua plena integração na Ordem. Este processo contribuirá para formar as lideranças do futuro e reforçar o papel social e económico da profissão. Mais concretamente, despertando o interesse pela contabilidade e pelas ciências económicas nos jovens que frequentam o ensino secundário; apoiando o percurso desde o ensino superior até à inscrição na OCC e à entrada no mercado de trabalho; e reforçando o reconhecimento da profissão de contabilista certificado. Para tal, será organizado um roadshow "Ser Contabilista é Transformar" a realizar em escolas secundárias; uma campanha nacional de valorização da profissão com jovens que assumem o papel de embaixadores da profissão; um programa "Ser CC por um dia" para estudantes universitários conhecerem o trabalho de um CC no dia-a-dia; irá ser criada uma plataforma OCC Talento, agregando estágios, ofertas de emprego e oportunidades de voluntariado; e será criada a rede nacional OCC Jovem, com a realização de *workshops*, palestras, ações de formação;
- Assegurar que os novos membros permanecem na profissão e contribuem ativamente para a dignificação e valorização da classe;
- Prosseguir o processo em curso de rejuvenescimento sustentado da classe, promovendo uma renovação equilibrada e harmoniosa.

B) O profissional e a profissão

Ações previstas:

- Preparar os contabilistas certificados dotando-os das necessárias competências, aptidões e ferramentas para a passagem para o Contabilista 3.0;
- Continuar a trabalhar no sentido de garantir uma valorização crescente dos honorários dos contabilistas certificados, adequando-os ao trabalho, esforço, responsabilidade, dedicação e valor acrescentado que prestam;
- Disponibilizar um endereço de e-mail profissional atribuído pela OCC;
- Contribuir para o desenvolvimento de soluções, projetos e ferramentas que mantenham a tendência de valorização dos honorários verificada nos últimos anos, assegurando uma melhor organização do trabalho, maior qualidade dos serviços prestados e melhores condições de vida para os membros;
- Manter a oferta de formações personalizadas, bem como manuais e artigos especializados dedicados ao cálculo de honorários;



- Continuar a trabalhar em conjunto com a AT para implementar a fase 2 do processo da alínea g) do art.º 75.º do estatuto da OCC;
- Reforçar as averiguações disciplinares relativas a contabilistas certificados que não cumpram o dever de lealdade;
- Aplicar rigorosamente as disposições previstas no Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados relativamente aos membros que incumpram os deveres profissionais fixados no Estatuto e no Código Deontológico;
- Redobrar esforços para que todos os contabilistas certificados ao serviço da Administração Pública vejam reconhecidas as suas funções através da regulamentação efetiva da função de contabilista público;
- Após o período de reflexão necessário, concluir a elaboração, apresentação, discussão pública aprofundada e subsequente submissão à Assembleia Representativa do regulamento da certificação de qualidade, prevendo um modelo assente na formação, prevenção, pedagogia e elevação dos padrões profissionais. Na fase de prevenção e intervenção junto dos membros, assegurar equipas imparciais, independentes e sujeitas a elevados padrões de sigilo, devidamente formadas para apoiar a melhoria contínua das boas práticas profissionais;
- Prosseguir com iniciativas que reforcem e ampliem o âmbito de intervenção dos contabilistas certificados nas empresas, na sociedade civil e no Estado;
- Dar continuidade às comemorações dos 25 anos da profissão, assegurando a entrega de uma medalha comemorativa a todos os membros que completem 25 anos de inscrição na Ordem em 2026;
- Manter o eficaz funcionamento do serviço de contencioso tributário e apoio aos membros em matéria de inspeções tributárias, garantindo condições de igualdade e apoio técnico durante os atos inspetivos;
- Concluir e disponibilizar o Guia do Contabilista Certificado, reunindo todos os serviços que a Ordem disponibiliza aos seus membros, bem como os serviços profissionais que os contabilistas certificados oferecem ao tecido empresarial e à sociedade civil;
- Continuar a dinamizar a plataforma "Bolsa de Emprego", facilitando a inscrição, a pesquisa e a interação entre contabilistas certificados e entidades empregadoras;
- Manter o investimento na divulgação e formação associada ao Guia de Boas Práticas Profissionais;
- Reforçar os mecanismos de proteção dos contabilistas certificados que denunciem situações de fraude ou outros crimes fiscais.

C) A Ordem e o poder político

Ações previstas:

- Por forma a concretizar a figura do Contabilista 3.0, apresentar e trabalhar numa proposta de alteração legislativa com base à criação e implementação da central de dados e consentimento;
- Continuar o processo de afirmação junto do poder político, reforçando a influência e voz da Ordem dos Contabilistas Certificados em todos os processos legislativos e executivos com influência direta e indireta na profissão e nos profissionais;
- Promover um sistema fiscal mais simples, organizado e promotor de crescimento económico, social e ambiental;
- Contribuir e colaborar para uma maior estabilidade legislativa;
- Alteração da regulamentação do SAF-T (PT);
- Para defesa do interesse público, da transparência e boa gestão da administração dos recursos públicos, continuaremos a alocar todos os nossos esforços ao processo de regulamentação do contabilista certificado público, de forma a que a função seja legalmente prevista e exclusivamente exercida por um contabilista certificado, pois estes são os únicos profissionais com competência e qualificações adequadas à implementação do normativo público (SNC-AP);
- Alocar esforços junto dos legisladores internacionais por forma a que o profissional responsável pelo relato não financeiro voluntário seja o contabilista certificado, por este ser quem melhor conhece a realidade das empresas e dos seus ecossistemas;
- Acompanhar permanentemente o regime jurídico do justo impedimento, mantendo-o atual face a novas alterações legislativas e se necessário alargar as obrigações profissionais tuteladas pelo regime;
- Apoiar os contabilistas certificados peritos inscritos na bolsa PRR;
- Manter atualizada a bolsa da Ordem de contabilistas certificados suplentes, assegurando que os profissionais que nela constam têm a inscrição em vigor e nenhuma sanção disciplinar aplicada, agilizando, simultaneamente, o processo de indicação de um contabilista certificado suplente;
- Manter atualizada a bolsa de contabilistas certificados peritos, para os tribunais judiciais e Polícia Judiciária, garantindo sempre, na defesa do interesse público da profissão;
- Reforçar o trabalho junto da Comissão de Normalização Contabilística, defen-



dendo os interesses e valores da contabilidade no respeito pelo normativo internacional e sempre atendendo às especificações económicas do nosso país e da nossa profissão, garantindo a proteção da contabilidade;

- Manter um esforço permanente no melhoramento do calendário fiscal, eliminando sobreposições de prazos fiscais e/ou declarativos;
- Alocar os necessários esforços e reforços para uma uniformização possível, nos modelos das declarações tributárias;
- Criar um observatório de transparência e funcionamento dos portais públicos, para monitorização e reporte permanente dos mesmos;
- Pugnar pela criação de áreas reservadas nos *sites* das diversas entidades públicas, exclusivamente destinadas ao exercício da atividade do contabilista certificado;
- Promoção ativa da diminuição da burocracia existente na profissão e na economia nacional, possibilitando um clima mais saudável às empresas e ao investimento.

D) Relação triangular: OCC, AT & Segurança Social

Ações previstas:

- Encontrando-se a Segurança Social (SS) a implementar a simplificação do ciclo contributivo, um novo modelo que segundo a SS transformará a forma como são apuradas e comunicadas as contribuições mensais, iremos apoiar os contabilistas certificados por forma a que todos melhor tirem proveito desta simplificação;
- No seguimento de trabalhos que já têm vindo a ser desenvolvidos, promoveremos as seguintes propostas para a simplificação administrativa e da legislação contabilística e tributária:

Alterações administrativas

Imposto/obrigação	Tema	Descrição das propostas	Fundamentação
IES	Anexo A	Ajustar as demonstrações financeiras do anexo A da IES aos modelos previstos no SNC	Evitar trabalho duplicado na preparação de 2 conjuntos de demonstrações financeiras.
IES	Anexo L	Revogação deste anexo da IES	Anexo sem informação útil e desconexa com a informação obtida pela empresa. As declarações periódicas do IVA já contêm toda a informação necessária.
IES	Anexo P	Dispensar a sua entrega para todos os sujeitos passivos	Informação redundante com o Portal E-Fatura e cruzamento com os diferentes sujeitos passivos.

Imposto/ obrigação	Tema	Descrição das propostas	Fundamentação
IRS/IRC/IVA	Simplificação da declaração de início/alterações de atividade	Prever que o enquadramento fiscal inicialmente errado possa ser corrigido com maior simplicidade. Rever profundamente o cadastro e a informação solicitada relacionada com o início de atividade, com o objetivo de simplificar essas declarações para evitar enquadramentos errados.	Eliminar enquadramentos errados que levam a demasiada litigância entre a AT e os sujeitos passivos.
IRS/IRC	Modelo 30	<p>1. Reequacionamento de todas as obrigações neste âmbito, quer ao nível da obtenção de certificados de residência fiscal (possibilidade da verificação da qualidade de não residente através da troca internacional de informações, quando aplicável, incluindo CRS e FATCA).</p> <p>2. Os pagamentos passariam a ser identificados somente pela natureza e beneficiário (e retenção, caso aplicável), sem necessidade de obtenção de certificados de residência fiscal nem 21-RFI. Tais obrigações ficariam limitadas às situações de inexistência de troca de informações no âmbito de acordo internacional.</p> <p>3. Simplificação na obtenção e consulta de NIF de entidades não residentes, para cumprimento da modelo 30, criando um interface no portal das finanças mais interativo com o utilizador.</p> <p>O NIF estatístico (gama 7) deveria estar disponível para consulta de todos os utilizadores, evitando duplicações de pedidos. No entanto, poder-se-ia ir ainda mais longe e dispensar este NIF sempre que aplicável troca de informações no âmbito de acordo internacional, pois o NIF da gama 7 não permite qualquer identificação relevante do beneficiário para efeitos de aplicação dos acordos internacionais e não do direito aos benefícios das convenções e tratados internacionais.</p>	Simplificação com o objetivo de incentivar o comércio internacional.
IRC	Pagamentos por conta e Pagamentos Adicionais por Conta	Passar a ser da responsabilidade da AT a comunicação do valor a pagar por todos os SP, bem como a data-limite de pagamento.	Evita incumprimento na realização desses pagamentos.



Imposto/ obrigação	Tema	Descrição das propostas	Fundamentação
IRC	Prejuízos fiscais	Disponibilização dos prejuízos fiscais por pré-preenchimento na Modelo 22	Evitar erros na determinação da matéria coletável de IRC
IRS	Regras liquidação	Divulgação das regras de liquidação	Tornar claro regras de liquidação de IRS, que não decorrem diretamente do CIRS.
IVA	Reembolsos	No caso de reembolsos de IVA, poder incluir IVA, já deduzido corretamente, de faturas cujos contribuintes já cessaram posteriormente a sua atividade.	Permitir a dedução do IVA devidamente efetuada no momento da aquisição dos bens ou serviços, não limitando tal dedução no momento do pedido de reembolso.
Portal das finanças	Consulta de clientes e fornecedores	Consultar clientes/fornecedores no portal das finanças, para além do regime de IVA e se está em vigor ou cessado deveria ser possível obter informação sobre residência fiscal/ representante.	Permitir que os operadores nacionais possam efetuar os enquadramentos fiscais das suas operações de forma mais correta e sem erros.
Portal das finanças	Palavra-chave acesso portal das finanças	Simplificar o processo (p.e. chave móvel digital e eliminação de envio de notificações de correio tradicional)	Evitar limitações e constrangimentos no início de atividade das empresas, por impossibilidade de acesso imediato ao portal das finanças (sem prejuízo de estabelecer normas de segurança)
Imposto do selo	DMIS	Prever o envio anual da declaração de imposto do selo para micro e pequenas entidades, sendo o imposto liquidado mensalmente através da declaração de retenções na fonte e imposto do selo.	Promover simplificado administrativa para as micro e pequenas empresas.
E-fatura	NIF	Diferenciação de NIF pessoas singulares com atividade iniciada da categoria B	Evita constrangimentos na análise dos dados no portal e-fatura.
Pagamento	Compensação	Efetivação do mecanismo previsto na Lei 3/2022.	Passar a ser aplicado o mecanismo de compensação de dívidas ao estado com créditos detidos pelo sujeito passivo.
Vários	Guias de pagamento prestacional	As guias referentes aos planos prestacionais da AT, tal como tem a segurança social, conter informação discriminada por imposto, juros e custas.	Permite uma análise mais clara dos valores prestacionais devidos a serem pagos.
Vários	Documento de pagamento	Indicação da data limite de pagamento de vários impostos	Diminuir o incumprimento no pagamento de impostos.

Alterações legislativas

Imposto/ obrigação	Tema	Descrição das propostas	Fundamentação
Segurança Social	Cálculo Rendimento Relevante	Alteração do Anexo da SS da declaração do modelo 3 do IRS, por forma a ser contemplada a opção de consideração ou desconsideração dos referidos rendimentos, para efeitos de determinação do rendimento relevante.	Enquadramento no regime de contabilidade organizada não permite que na determinação do rendimento relevante possa optar por excluir quer os rendimentos provenientes de mais-valias, quer as subvenções ou subsídios ao investimento, quer os rendimentos de propriedade intelectual ou industrial.
Segurança Social	Substituição da declaração Trimestral	Permitir que as declarações trimestrais da segurança social dos trabalhadores independentes e empresários em nome individual possam ser substituídas em caso de erros ou omissões nas declarações e eliminação da declaração anual	Conforme decorre do n.º 3 do Art.º 57-B do Decreto Regulamentar 1A/2011, mas o que é certo é que esta funcionalidade ainda não foi disponibilizada, não sendo possível substituir declaração previamente submetida, o que se requer que seja permitido no imediato.
Segurança Social	Declaração trimestral fora do prazo	Propomos que seja prevista a possibilidade de entrega da Declaração Trimestral fora do prazo supra referido	Para que o Trabalhador Independente não tenha necessariamente de esperar pela correção, a operar em janeiro do ano seguinte ao qual reportam os rendimentos, nos termos do artigo 164.º-A do Código Contributivo e 62.º-A do Decreto-Regulamentar (redução do encargo com juros).
Segurança Social	Coimas por atrasado da entrega da declaração	Assim propomos que a apresentação da Declaração trimestral fora de prazo, em momento anterior à Declaração anual ou Revisão anual a operar pela Segurança Social, seja tipificada como contraordenação leve, podendo o Contribuinte requerer a dispensa da coima, nos termos do artigo 244.º do Código Contributivo.	Por forma a minimizar a contagem de juros por contribuição não liquidada atempadamente, deverá ser permitido ao Trabalhador Independente a entrega da Declaração Trimestral, após o período a que reporta.
Segurança Social	Início de atividade (Contabilidade Organizada)	Promomos a criação de uma norma de enquadramento específica para o período de transição, conferindo-se a possibilidade de um Trabalhador Independente enquadrado no regime de contabilidade organizada fazer as suas contribuições por determinado valor mínimo, até ter apurado o lucro tributável.	Para situações de início ou reinício de atividade em regime de contabilidade organizada, a lei define que a determinação do rendimento relevante com base no lucro tributável é aplicável apenas após o conhecimento, pelos serviços competentes da Segurança Social da correspondente declaração de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, comunicada pela entidade tributária. Até esse momento, o rendimento relevante do Trabalhador Independente é apurado com base nos rendimentos obtidos nos três meses imediatamente anteriores ao da Declaração trimestral. Estes Trabalhadores Independentes, dependendo do volume de rendimentos por trimestre, poderão vir a ter que pagar as contribuições máximas por mês, até lhes ser possível começar a pagar com base no duodécimo do lucro tributável.



Imposto/ obrigação	Tema	Descrição das propostas	Fundamentação
Segurança Social	Nova modalidade Regime Simplificado	Propomos que seja permitido ao Trabalhador Independente enquadrado no regime simplificado optar (mediante notificação da Segurança Social, nos mesmos termos da notificação prevista no artigo 164.º do Código Contributivo) por contribuir no ano seguinte, sobre a base de incidência contributiva desse ano, fazendo-se o devido acerto, mediante a entrega da Declaração anual nos termos do artigo 58.º do Decreto-Regulamentar, ficando assim dispensado da obrigação declarativa trimestral.	
Segurança Social	Base de incidência Contributiva	Deve ser revista, alterando-se em conformidade a redação do n.º 4 do artigo 163.º do Código Contributivo, revogando-se a expressão: "(...) não sendo aplicável o disposto no n.º 1 do artigo seguinte.	Os Trabalhadores Independentes que acumulam atividade profissional por conta de outrem e que, contribuam pelo valor do rendimento relevante remanescente não podem optar pela fixação de um rendimento superior ou inferior até 25% tal como é permitido para um trabalhador independente que não acumule atividade de trabalhador por conta de outrem.
Segurança Social	Transparência Fiscal	Propõe-se que os sócios ou membros das sociedades de profissionais definidas na alínea a) do n.º 4 do artigo 6.º do Código do IRS deixem de ser automaticamente enquadrados no regime dos Trabalhadores Independentes.	A alínea d) do artigo 63.º do Código Contributivo, exclui do âmbito de aplicação do regime dos membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas e entidades equiparadas, os sócios gerentes de sociedades constituídas exclusivamente por profissionais incluídos na mesma rubrica da lista anexa ao Código do IRS e cujo fim social seja o exercício daquela profissão. Tal exclusão, salvo melhor opinião é desprovida de razão, na medida em que os sócios gerentes de sociedades comerciais não devem ser excluídos, por razão da tributação do seu rendimento, de um regime contributivo criado especificamente para esta categoria de trabalhadores.
Segurança Social	Justo Impedimento CC	Propõe-se o aditamento ao artigo 35.º do Decreto-Regulamentar n.º 1-A/2011, reconhecendo-se a aplicação do regime disposto nos artigos 12.º-A e 12.º-B previsto no Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro. Alteração do Artº 35 do Código Contributivo 6 – Na prática de quaisquer actos reconhece-se a aplicabilidade do regime do justo impedimento disposto nos artigos 12.º-A e 12.º-B, previsto no Decreto-lei n.º 452/99, de 5 de novembro.	O contabilista certificado procede ao cumprimento de obrigações declarativas, em sede de Segurança Social, no âmbito do contrato de prestação de serviços que celebra com sociedades comerciais/Entidades empregadoras, suas clientes, como é o caso do envio das Declarações de Remunerações, e pese embora não sejam atos que devam obrigatoriamente ser realizados por contabilista certificado, a sua concretização por este profissional tem elevada relevância para a qualidade da informação; - é urgente reconhecer e aplicar não só ao cumprimento das obrigações declarativas fiscais, mas também ao cumprimento das obrigações declarativas em sede de Segurança Social, o regime do justo impedimento.

Imposto/ obrigação	Tema	Descrição das propostas	Fundamentação
Segurança Social	Documento de pagamento	Tal como acontece na AT, após o envio das declarações os pagamentos devem ficar disponíveis automaticamente e com a validade da referência para pagamento coincidente com o prazo de pagamento da obrigação contributiva.	Por forma a que o contribuinte não tenha de voltar ao sistema para obter o documento de pagamento.
Segurança Social	Relatório Único	Deve ser avaliada a própria existência do relatório único. Mantendo-se esta obrigação, a data do seu envio sobrepõe-se à de outras obrigações, pelo que se propõe a alteração da data da entrega do mesmo para outubro do ano seguinte.	A obrigação de apresentação do relatório único replica os dados enviados em cumprimento de outras obrigações, pelo que propomos a eliminação total da informação contabilística constante do relatório único que já existe na IES (Ex. Número de horas trabalhadas; número de trabalhadores por género, etc.) e noutras obrigações. Propõe-se também a eliminação definitiva do Anexo F (que tem estado suspenso, não se compreendendo a sua existência). As outras matérias solicitadas por este relatório também nos parecem redundantes face a outras obrigações existentes.
Segurança Social	Entrega da Declaração de Remunerações - Declaração única	Eliminação de alguns campos de existência na declaração, nomeadamente os campos dos rendimentos não sujeitos e isentos, obrigação que acarreta um controlo sobre a informação já colhida por outros meios.	Atualmente as empresas estão obrigadas a entregar a declaração de remuneração quer à Segurança Social quer à Autoridade Tributária e Aduaneira. Trata-se de uma duplicação que poderia ser evitada através da harmonização dos formulários.
Gerais	Balcão Único	Criação de um balcão único de atendimento para os contabilistas certificados nos serviços de finanças e da segurança social.	
Gerais	Portais da segurança social e finanças	Estabilização dos portais públicos de ligação relativos ao cumprimento de obrigações tributárias (portal das finanças e portal da segurança social) para não pôr em causa o cumprimento atempado das obrigações dos contribuintes. Para garantir o regular funcionamento destes portais, propõe-se a criação de um canal direto para os profissionais que mais integram com estes portais.	

- Pressionar e trabalhar por forma a que as atualizações ao portal da AT sejam previamente comunicadas e realizadas em momentos adequados ao calendário fiscal, bem como as atualizações ao portal da Segurança Social;
- Garantir a disponibilização por parte da AT de comunicações via WS (Web service) para envio de obrigações declarativas, obtenção das guias de pagamento e de outros dados do portal;



- Garantir o atendimento presencial sem necessidade de prévia marcação;
- Agilizar a troca automática de informação, por parte da AT à OCC, nomeadamente a informação das entidades pelas quais os contabilistas certificados são responsáveis;
- Promover pela efetivação automática, no Portal da AT, da renúncia, dos contabilistas certificados, de responsável pela contabilidade dos contribuintes, sem que, para tal, dependa qualquer outra ação de qualquer outro contabilista certificado;
- Disponibilizar, por parte da Segurança Social, uma conta corrente e de um e-balção para comunicação entre os contabilistas certificados e a entidade;
- Comunicação automática do valor dos Pagamentos por Conta aos contribuintes;
- Melhoria da informação apresentada nas guias dos PEF;
- Trabalhar no pacto sobre os novas regras de comunicação à segurança social;
- Garantir que o duplo factor de autenticação do portal da AT respeita a segurança informática, não dificultando o trabalho do contabilista certificado.

E) As contas da Ordem – transparentes, rigorosas, criteriosas

Ações previstas:

- Assegurar a apresentação e disponibilização permanente das contas e da situação financeira da Ordem a todos os interessados;
- Aprofundar a informação disponibilizada e dar continuidade à publicação trimestral, no *site*, via *newsletter* e nas redes sociais da Ordem, de relatórios integrados intercalares;
- Garantir que os contabilistas certificados se mantêm informados e plenamente conscientes da atividade da Ordem, assegurando a disponibilização contínua, acessível e célere de toda a informação relevante;
- Manter um rigoroso controlo dos gastos associados aos órgãos sociais, garantindo o estrito cumprimento dos valores definidos no Regulamento de Remunerações dos Órgãos Sociais da Ordem;
- Cumprir de forma rigorosa e transparente as normas de contratação pública, promovendo uma gestão mais eficiente e otimizada das finanças da Ordem;
- Assegurar a continuidade da publicação de todos os procedimentos de contratação pública no sítio da internet da Ordem.

F) Apoio técnico – fiscal, contabilístico, mediação, jurídico e incentivos

Ações previstas:

- Concluir o desenvolvimento e implementar ferramentas de inteligência artificial, de forma a disponibilizar soluções informáticas que auxiliem os técnicos da Ordem nas respostas aos membros, aumentando a celeridade e reduzindo o tempo de espera;
- Reforçar a equipa técnica, garantindo a melhoria contínua da qualidade do trabalho desenvolvido e a redução significativa dos tempos de resposta;
- Manter uma aposta sólida no apoio técnico relacionado com incentivos e apoios nacionais e comunitários;
- Assegurar o alargamento do atendimento técnico sempre que necessário, especialmente nos períodos que antecedem o cumprimento das obrigações mais relevantes;
- Prosseguir o desenvolvimento de manuais explicativos, pareceres, quadros-resumo e informações técnicas sobre as matérias mais recentes;
- Reforçar o serviço de contencioso tributário, assegurando apoio aos contabilistas certificados em matérias de litígio tributário e judicial;
- Enviar lembretes e alertas nos momentos-chave do calendário fiscal;
- Disponibilizar atendimento técnico através de plataformas digitais, como o Zoom;
- Manter a disponibilização da newsletter diária "Novidades Profissionais";

G) Formação para superação

Ações previstas:

- Manter a disponibilização gratuita de toda a formação profissional contínua em formato virtual;
- Manter o rigoroso controlo do cumprimento ético dos créditos anuais de formação profissional, garantindo que todos os contabilistas certificados dispõem das condições necessárias para cumprir este dever;
- Manter obrigatória a formação profissional contínua "Boas Práticas segundo o Novo Estatuto", assegurando que todos os profissionais no ativo possuem o conhecimento adequado sobre o enquadramento estatutário e deontológico da profissão;



- Desenvolver o CCclix, aumentando a produção e publicação de vídeos e tutoriais sobre matérias do dia a dia dos profissionais, incluindo temas estatutários, deontológicos, contabilísticos, fiscais, laborais, de segurança social, entre outros;
- Manter a emissão semanal das reuniões livres, com transmissão via YouTube, garantindo um modelo de esclarecimento técnico de acesso livre para todos os membros;
- Organizar e disponibilizar programas de formação sobre apoios e incentivos, com particular enfoque no PRR;
- Organização de sessões de formação em ética e deontologia na inteligência artificial, reforçando a importância do sigilo e da responsabilidade dos contabilistas certificados na utilização das ferramentas de inteligência artificial;
- Reforçar a disponibilização de cursos de formação em ferramentas de inteligência artificial e a sua aplicabilidade na contabilidade e no trabalho do contabilista certificado;
- Continuar a assegurar, de forma gratuita, cursos de formação dirigidos aos novos membros com menos de um ano de inscrição, focados em competências essenciais ao início do exercício profissional;
- Apostar em formação de gestão de fundos comunitários para contabilistas certificados;
- Manter a aposta em formações de áreas transversais à profissão, como línguas, ferramentas informáticas, marketing, técnicas de negociação e outras competências relevantes;
- Redobrar as sessões de formação profissional contínua sobre SNC-AP;
- Sempre que pertinente, estabelecer protocolos com entidades públicas, nomeadamente a Autoridade Tributária e a Segurança Social, para a realização conjunta de seminários e sessões de esclarecimento sobre temas controversos, promovendo o debate técnico de interpretações relevantes para os profissionais e seus clientes;
- Organizar conferências e debates sobre temas de interesse para os membros, reunindo contributos de profissionais, académicos e especialistas;
- Manter elevados padrões de exigência relativamente aos formadores, garantindo que apenas aqueles com avaliação igual ou superior a 4 numa escala de 0 a 5, e sem sanções disciplinares, são convidados a elaborar manuais e ministrar formação, preferencialmente membros ativos ou pertencentes aos colégios de especialidade;

- Defender, junto do Governo, o reforço dos apoios ao desenvolvimento profissional contínuo dos contabilistas certificados;
- Manter a aposta em modelos de formação personalizada em contexto de trabalho, maximizando a aprendizagem prática dos formandos;
- Disponibilizar sessões de formação presencial segmentada, distribuída por vários dias, em horário pós-laboral e aos fins de semana.

H) Comunicar para informar

Ações previstas:

- Manter total disponibilidade e abertura para com os membros;
- Privilegiar a publicação de artigos técnicos e científicos da autoria de contabilistas certificados nas diversas publicações da Ordem, promovendo o estudo e o desenvolvimento da ciência contabilística;
- Dar continuidade ao desenvolvimento e publicação de novas edições da Revista Científica Accounting and Management Review | Revista de Contabilidade e Gestão;
- Promover e desenvolver plataformas que permitam aos membros aceder, em tempo real, a informação sobre a atividade da Ordem e sobre a legislação publicada;
- Concluir a elaboração e produção gráfica do Livro da História da Contabilidade e assegurar a sua divulgação junto de todos os interessados;
- Manter o trabalho direcionado para o reforço da presença da Ordem nas redes sociais e nos meios de comunicação social, promovendo a marca institucional e valorizando o trabalho, as competências, as qualificações e o contributo dos contabilistas certificados;
- Dinamizar a agenda cultural digital da Ordem – incluindo exposições de pintura, fotografia, lançamentos de livros, concertos e outras iniciativas – potenciando a atividade da sede e das representações, bem como a interação entre colegas, empresários e sociedade civil.

I) A ação social da Ordem

Ações previstas:

- Promover concurso público internacional, com vista à manutenção das condições da apólice de seguro de saúde destinada aos membros;



- Garantir a disponibilização gratuita, para todos os membros, de uma apólice de seguro de responsabilidade civil profissional com condições potencialmente mais favoráveis e que assegure a proteção do maior número possível de áreas de competência, tanto exclusivas como partilhadas, dos contabilistas certificados;
- Reforçar o fundo de solidariedade social de apoio aos membros, garantindo a todos os contabilistas certificados em situação de necessidade um rendimento mínimo equivalente ao salário mínimo nacional;
- Reforçar e incentivar a adesão a *upgrades* do seguro de responsabilidade civil, com prémios competitivos, para os membros que pretendam aumentar a cobertura do risco;
- Fomentar a criação de *upgrades* que permitam reduzir a franquia e alargar o âmbito das situações abrangidas pela apólice do seguro de responsabilidade civil;
- Reestruturar o apoio ao Grupo de Entreatajuda, promovendo um modelo de apoio voluntário e informal aos contabilistas certificados.

J) Da academia à profissão

Ações previstas:

- Continuar a aperfeiçoar o atual sistema em vigor, que através dos novos caminhos de acesso à profissão, tem permitido a entrada de novos membros assegurando, simultaneamente, o rigor e exigência no acesso à profissão;
- Assegurar a inexistência de obstáculos e garantir as melhores condições de acesso à profissão para todos os candidatos;
- Promover cursos de formação e preparação para os exames de acesso à profissão;
- Continuar a apoiar a academia na adaptação às novas regras de acesso à profissão;
- Manter a aposta em programas destinados à atração de novos talentos para a profissão;
- Respeitar integralmente o novo Regulamento de Inscrição, Estágio e Exame Profissionais;
- Prosseguir a cooperação com as instituições de ensino e respetivos intervenientes, assegurando a atualização permanente do modelo de acesso à profissão, nomeadamente no que se refere ao estágio e ao exame de avaliação profissional;
- Reorganizar o gabinete de mentoria para profissionais em início de carreira, assegurando a articulação eficaz entre o mentor — um contabilista certificado experiente — e o novo membro;

- Continuar a apostar na promoção e divulgação da figura e do papel do contabilista certificado, reforçando o interesse pela profissão e incentivando a atração e retenção de novos membros;
- Organizar, em parceria com instituições de ensino superior, uma pós-graduação em contabilidade e fiscalidade, destinada a contabilistas certificados que pretendam aprofundar conhecimentos e competências técnicas;
- Manter programas e iniciativas de acompanhamento dedicados aos novos membros;
- Organizar, em estreita colaboração com as entidades de ensino, um projeto de acompanhamento realizado por contabilistas certificados e dirigido aos alunos finalistas dos cursos que permitem o acesso à profissão, proporcionando-lhes um primeiro contacto com a realidade profissional e contribuindo para uma melhor preparação dos futuros contabilistas;
- Manter o apoio a projetos de desenvolvimento e investigação científica na área da contabilidade, através da atribuição de financiamentos, da promoção de trabalhos académicos e da publicação da Revista Científica da Ordem — Revista de Contabilidade e Gestão — bem como de outras publicações de igual relevância.

K) A Ordem e os seus membros nas organizações internacionais

Ações previstas:

- Manter a aposta vencedora na internacionalização da Ordem e dos contabilistas certificados, através de uma participação cada vez mais sólida em fóruns e organizações internacionais que promovam o desenvolvimento da profissão e a partilha de boas práticas;
- Manter a tradução e a difusão em língua portuguesa das normas internacionais;
- Garantir que o desenvolvimento internacional das normas contabilísticas considera de forma adequada as especificidades da realidade profissional e económica portuguesa;
- Acompanhar e influenciar ativamente o processo de desenvolvimento do normativo relativo ao relato de sustentabilidade;
- Participar ativamente no processo de desenvolvimento do normativo para o Setor Não Lucrativo;
- Prosseguir o trabalho desenvolvido nas direções, grupos e comissões técnicas



da International Federation of Accountants (IFAC), European Federation of Accountants for SMEs (EFAA), Comité de Integración Latino-Europa América (CILEA), Fédération des Experts Comptables Méditerranéens (FCM) e Edinburgh Group (EG);

- Reforçar a cooperação com organizações congêneres dos países de língua portuguesa, tanto no âmbito da UCALP – União dos Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa, como através de parcerias bilaterais;
- Tradução para português do normativo e documentos de apoio do código de ética e deontologia do IESBA.

L) Colégios das especialidades

Ações previstas:

- Após um processo de reflexão, elaborar o Regulamento dos Colégios das Especialidades, dotando-o de mecanismos que apoiem a entrada de novos especialistas;
- Promover os colégios das especialidades e criar um sistema de reconhecimento e interação com as instituições de ensino superior que garantam a equidade do título de especialista concedido pela Ordem;
- Continuar o apoio e cooperação com os colégios das especialidades na elaboração e organização de trabalhos técnicos, conferências, debates, tertúlias e demais atividades de cariz técnico-científico que crie mais-valias para os contabilistas certificados;
- Publicar os melhores trabalhos aprovados nas provas de especialistas da Ordem quer em formato físico, quer em formato e-book;
- Promover e divulgar os colégios das especialidades nos eventos que a Ordem realiza ao longo do ano.

M) A Ordem, outros parceiros e sociedade civil

Ações previstas:

- Continuar a promover e sensibilizar para a importância do trabalho dos contabilistas certificados, reforçando o seu reconhecimento pessoal e profissional;
- Reforçar o papel da Ordem na comunidade, envolvendo a instituição e os seus membros em projetos e iniciativas de diversas naturezas;
- Projeto de plantação de árvores que atenua e compense o consumo de papel por parte dos contabilistas certificados;

- Manter dinâmico o protocolo celebrado entre a Ordem e os Tribunais Judiciais, bem como entre a Ordem e o Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD), assegurando a participação ativa dos contabilistas certificados enquanto técnicos peritos;
- Manter, em colaboração com a academia e o Governo, a aposta em projetos e iniciativas que promovam uma maior literacia financeira em toda a sociedade;
- Continuar a promover o projeto "A Joaquina e os Impostos" em Portugal e noutras jurisdições, garantindo que os níveis de literacia financeira são reforçados globalmente;
- Manter a Ordem aberta à comunidade, dando visibilidade ao trabalho desenvolvido pelos contabilistas certificados e à sua relevância para a sociedade civil;
- Reforçar o projeto +CC +Vantagens, continuando a celebrar protocolos e a disponibilizar condições vantajosas aos contabilistas certificados junto de entidades terceiras;
- Sensibilizar o Governo para a implementação da obrigatoriedade de formação em gestão para todos os empresários antes do início de atividade, promovendo uma relação mais eficaz e geradora de valor com os contabilistas certificados;
- Estabelecer protocolos com diversos organismos públicos e privados para a organização e participação em eventos culturais e desportivos;
- Organizar eventos de cariz social, incluindo iniciativas desportivas, convívios e outras atividades destinadas a promover o espírito de comunidade.

N) Dia Nacional do Contabilista Certificado

O dia 21 de setembro tornou-se já um marco anual dedicado à celebração da nossa profissão. No Dia do Contabilista Certificado, assinalamos com entusiasmo e orgulho aquilo que representamos, o caminho que temos percorrido, o reconhecimento conquistado e o valor que acrescentamos à sociedade. Em 2026, esta data continuará a ser vivida com a mesma intensidade e decorrerá aquando da realização do Congresso dos Contabilistas Certificados.

Tal como em anos anteriores, prepararemos um conjunto de iniciativas especiais que tornarão este dia verdadeiramente memorável. Será uma ocasião para destacar a relevância do trabalho dos contabilistas certificados, reforçando a identidade e a força da nossa comunidade profissional. Este momento celebra não apenas a profissão em si, mas também o papel essencial que desempenhamos enquanto profissionais de interesse público. A nossa intervenção contribui de forma decisiva para a transparência, a confiança e o equilíbrio económico, social e ambiental do país.

Em 2026, voltaremos a dar expressão a este orgulho coletivo, com muitas novidades e atividades que prometem fazer deste um dia marcante — um dia em que



afirmamos, com convicção, que somos contabilistas certificados e agentes indispensáveis a uma sociedade mais sustentável e responsável.

O) Encontro/Festival dos Contabilistas

Em 2024 e 2025 inovámos e o Encontro Nacional realizou-se em modelo de Festival dos Contabilistas, um formato que foi do agrado dos milhares de contabilistas certificados que esgotaram por duas vezes o Campo Pequeno. Temos hoje dois formatos vencedores, o Encontro e o Festival, equacionando-se a realização de um evento misto, em que traga o melhor dos Encontros e o melhor do Festival. Assim, 2026 promete trazer algo inovador, dinâmico e muito entusiasmante.

P) Festa de Natal da Ordem dos Contabilistas Certificados

A Festa de Natal é tradicionalmente um dos momentos mais aguardados pelos membros da Ordem. Em 2026, o evento regressará a Lisboa e ao Porto, estando igualmente a ser considerada a possibilidade de o levar a outras cidades, reforçando a proximidade com todos os contabilistas certificados. Será mais uma oportunidade para celebrarmos em conjunto o espírito natalício que tão bem caracteriza esta época.

Como é habitual, a celebração contará com a doçura, a magia e o encanto que fazem desta iniciativa um sucesso ano após ano. Haverá surpresas, música, animação e muitos momentos especiais preparados para todas as idades, garantindo um ambiente acolhedor e cheio de alegria.

Este será um momento pensado para reunir famílias, colegas e amigos, oferecendo um programa diversificado que promete encantar tanto os mais novos como os mais velhos. A Festa de Natal da OCC em 2026 continuará, assim, a ser um marco de convívio e partilha dentro da comunidade profissional.

Estamos certos de que esta edição voltará a proporcionar uma experiência inesquecível, celebrando a união, o entusiasmo e os valores que nos aproximam nesta quadra tão especial.

Q) 8.º Congresso dos Contabilistas Certificados

Após o adiamento, por razões logísticas, da organização do 8.º Congresso dos Contabilistas Certificados, de 2025 para 2026, este ano terá lugar o grande encontro de profissionais para debate e reflexão sobre o passado, presente e futuro da profissão.

Num congresso subordinado ao tema o "Contabilista 3.0 e a governança", queremos que o evento sirva para anúncio de novas ferramentas, disponibilização de novos serviços, reflexão sobre as mais recentes modas da profissão e debate sobre

o caminho para o reforço do interesse público e valor acrescentado dos contabilistas certificados.

Paralelamente, neste evento teremos também espaços para socialização e dinamização entre colegas, por forma a reforçar os laços éticos e deontológicos entre colegas, promover por redes de contactos e novas oportunidades de crescimento e valorização pessoal e profissional.

R) TOConline

- Estreitar a colaboração entre o contabilista certificado e o empresário, promovendo uma comunicação mais ágil e eficiente;
- Lançamento de uma nova aplicação móvel, garantindo maior autonomia em mobilidade e acesso imediato à informação essencial;
- Renovação da imagem do TOConline, alinhando a identidade visual com a ambição de modernidade e proximidade aos utilizadores;
- Nova versão da interface e da experiência de utilização, com uma atualização profunda dos fluxos de navegação, tornando a plataforma mais rápida, mais fluida e mais orientada para as necessidades práticas dos gabinetes, das empresas e dos contabilistas certificados;
- Início da integração de capacidades de inteligência artificial, potenciando a automatização de tarefas, a análise de informação e o apoio à consultoria prestada pelos contabilistas certificados;
- Melhorias estruturais no módulo de Gestão de Stocks;
- Aposta reforçada na segurança da informação, incluindo a implementação de um Centro de Operações de Segurança (SOC), monitorização contínua e testes regulares de intrusão, garantindo padrões mais elevados de proteção dos dados;
- Aumento de funcionalidades no módulo de Salário;
- Continuação da disponibilização de formação inicial para todos os novos utilizadores contabilistas certificados;
- Manutenção da formação especializada em ambiente de trabalho TOConline, facilitando a adoção e integração do software nos gabinetes e empresas;
- Melhoria do atendimento técnico escrito, telefónico e presencial, reforçando a excelência do apoio prestado aos utilizadores.

XII. Orçamento participativo

O orçamento participativo, permite que todos os contabilistas certificados tenham um canal aberto para enviarem sugestões e contributos para o Plano de Atividades e Orçamento da sua Ordem dos Contabilistas Certificados. Mostrando a simbiose existente entre a Ordem e os seus membros, verificamos, uma vez mais, que quase todas as propostas recebidas já se encontram previstas no PAO 2026, sejam elas de âmbito fiscal, contabilístico, formativo ou social.



Não obstante, salientamos uma proposta que recebemos e que com o maior gosto consagramos no PAO 2026 atendendo à sua pertinência, inovação e valor acrescentado para a instituição, a contabilidade, os contabilistas certificados e o nosso país.

- "Considerando o Excelente trabalho da OCC na elaboração do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses e considerando a importância extrema que o SNS tem para Todos os Portugueses, em termos de saúde obviamente, mas também em termos económicos e financeiros, a elaboração de um Anuário da Saúde constituiria um contributo de valor incalculável pois iria potenciar uma maior transparência, rigor, análise comparativa e melhoria contínua dinâmica, nomeadamente ao nível de indicadores de desempenho nos cuidados prestados (consultas, exames, intervenções, ...), ao nível do gastos e rendimentos associados, e ao nível do foco na melhoria dos indicadores críticos de saúde da população portuguesa a nível nacional/local de forma a concluir se o sistema está a funcionar melhor ou pior, pois não é suficiente fazer mais consultas/exames/intervenções para melhorar a alimentação, fazer exercício físico e manter a cabeça dos pacientes "ativa"!".

XIII. Recursos Humanos e Financeiros, Orçamento para 2026

1	2
3	4

Num momento de extrema relevância para a profissão, o plano de atividades foi construído tendo por base três vetores estratégicos: o contabilista 3.0; o reforço da qualificação, atração e valorização da profissão; e, a transformação digital e inovação ao serviço dos membros.

A política de qualidade da Ordem fundamenta-se num serviço aos membros, pautado pelos mais elevados padrões de excelência. A Ordem é dos seus membros e todas as suas ações são para os membros, devendo a Ordem manter-se sempre ao lado dos membros. O principal objetivo da Ordem é servir os membros, através de uma eficiente regulação da profissão, disponibilização de soluções que apoiem profissional e socialmente os contabilistas certificados e uma contínua e eficaz atuação junto dos vários agentes interessados da profissão e na Ordem. Conciliar a defesa do interesse público da profissão e a defesa dos direitos e interesses dos contabilistas certificados. É este o equilíbrio que conseguimos construir e que manteremos ao longo do próximo ano.

Como entidade pública, compete à Ordem pugnar por rigorosos padrões de transparência na sua gestão, disponibilizando frequentemente documentos, políticas estratégicas, informações sobre o seu estado financeiro e estando aberta a todos aqueles que tenham um interesse legítimo para com a instituição e a profissão.

Nunca esquecendo o interesse público da instituição e da profissão, cumpre à Ordem agir de forma responsável nos múltiplos planos aplicáveis, não descuidando, entre outras, a sua responsabilidade social para com os contabilistas certificados e subsidiariamente, para com a sociedade civil.

Num prisma de contenção e consolidação, alocaremos todos os recursos humanos e financeiros de forma a concretizar o conjunto de propostas apresentadas no plano de atividades capazes de efetivamente mostrar como todas as peças se articulam, potencializando o contabilista certificado, as suas funções e a criação de valor.

A concretização dos três vetores estratégicos do Plano de Atividades, a alocação de todos os seus recursos de forma eficiente e ágil na regulação e desenvolvimento da profissão e dos seus membros, bem como fornecer aos contabilistas certificados as ferramentas necessárias para ajustarem ou aperfeiçoarem o seu perfil profissional tendo em conta os mais elevados padrões de qualidade, preparando-se para um futuro cheio de oportunidades, o reforço da classe profissional e fortalecimento da sua posição junto de toda a sociedade em geral, tendo em



consideração o seu interesse público, só será possível com a execução de um plano operacional de ação que inclui as medidas concretas que constituem a base dos projetos e atividades a desenvolver em 2026, sendo a concretização dependente da disponibilidade e boa afetação dos recursos humanos e financeiros disponíveis.

Nos termos da alínea a) do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), compete ao Conselho Diretivo «elaborar até 30 de novembro de cada ano, o plano de atividades e o orçamento para o ano civil seguinte.»

Neste capítulo, o Conselho Diretivo apresenta a proposta de orçamento da Ordem dos Contabilistas Certificados para o ano de 2026.

Enquadramento

Transparência nos procedimentos, rigor no controlo das despesas e critério na alocação dos recursos foram três promessas alcançadas nos últimos oito anos.

Com base nos três vetores referidos, conseguimos aumentar o rácio de solvabilidade e a autonomia financeira, diminuir o passivo e aumentar o ativo e os fundos patrimoniais e, mesmo em pandemia, obtiveram-se sempre resultados líquidos positivos, apesar da exceção prevista de resultado líquido negativo no ano de 2022 relacionada com o acréscimo de gastos pela realização do 7.º Congresso CC decorrente do aumento excecional dos preços. Tudo isto, aumentando, paralelamente, os serviços e apoios aos membros, comprovando assim que se pode alcançar grandes resultados, sem esbanjamento e com uma boa gestão dos recursos existentes.

Temos hoje uma Ordem presente na vida dos membros e disponível para os apoiar profissional, técnica, pessoal e socialmente. Uma Ordem transparente, rigorosa e financeiramente saudável. Uma Ordem com a maior notoriedade social e política. Uma Ordem dos membros, que trabalha na defesa dos seus direitos e interesses para garantir e reforçar o interesse público.

Iremos sempre garantir a mesma transparência, o mesmo rigor, os mesmos critérios na alocação dos recursos da Ordem dos Contabilistas Certificados.

Competência, rigor e excelência dos serviços da Ordem; Confiança dos membros; Transparência em todos os atos da instituição. É desta forma que pretendemos consubstanciar os valores da Ordem dos Contabilistas Certificados, sempre em prol dos contabilistas certificados.

As contas da Ordem são hoje sinónimo de transparência na gestão, informação pertinente e atempada. A publicação de relatórios financeiros intercalares trimestrais permite aos contabilistas certificados e à sociedade em geral um conhecimento global e aprofundado sobre as contas da Ordem dos Contabilistas Certificados, permitindo o escrutínio pleno das atividades desenvolvidas.

A total clareza de processos na divulgação de informação económico-financeira da instituição é um cunho indissociável do atual Conselho Diretivo, tendo em vista construir uma nova era na nossa profissão, uma era de rigor, transparência e de gestão mais eficiente dos recursos.

Em 2026, pretendemos dar continuidade à apresentação e disponibilização permanente da situação financeira da Ordem a todos os interessados, intensificar o desenvolvimento da informação apresentada e continuar com a publicação e disponibilização trimestral, via newsletter e divulgação nas redes sociais da Ordem, dos relatórios integrados intercalares.

Na sequência da prática verificada em anos anteriores pretendemos manter o rigoroso controlo sobre os gastos com os órgãos sociais, garantindo o cumprimento dos valores definidos ao abrigo do Regulamento de Remunerações dos Órgãos Sociais da Ordem e a total transparência na informação disponibilizada e divulgada.

Pretendemos cumprir escrupulosamente as normas de contratação pública, permitindo uma melhor gestão e otimização das finanças da Ordem e manter a publicação de todos os procedimentos de contratação pública no sítio da internet da Ordem.

De seguida apresentam-se os valores para as principais rubricas do orçamento:

Rendimentos

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos rendimentos totais orçamentados para os anos de 2025 e 2026:

euros

Rendimentos	Orçamento 2026	Orçamento 2025	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/total
Vendas	6 711	3 861	2 849	73,8%	
Prestações de serviços	26 559 864	27 939 429	-1 379 565	-4,9%	92,5%
Trabalhos para a própria entidade	1 972 616	891 066	1 081 550	121,4%	6,9%
Reversões	40 000		40 000		0,1%
Outros rendimentos	73 488	67 911	5 577	8,2%	0,3%
Juros, dividendos e outros rendimentos	67 528	78 418	-10 890	-13,9%	0,2%
Total	28 720 207	28 980 686	-260 479	-0,9%	100,0%

O valor total dos rendimentos orçamentados para o ano de 2026 é de 28.720.207 euros, apresentando um valor inferior face aos valores orçamentados em 2025 de -260.479 euros (-0,9%).



Comparação do orçamento 2026 com o orçamento de 2025

euros

Rendimentos	Orçamento 2026	Orçamento 2025	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/ total
Vendas de mercadorias	6 711	3 861	2 849	73,8%	
Serviços prestados	26 559 864	27 939 429	-1 379 565	-4,9%	92,5%
Jóias	3 733	193 500	-189 767	-98,1%	
Quotas	12 240 297	12 457 530	-217 233	-1,7%	42,6%
Ações de Formação OCC	2 022 078	2 031 315	-9 237	-0,5%	7,0%
Formação eventual	1 697 145	1 731 621	-34 477	-2,0%	5,9%
Formação (segmentada e recorrente)	150 244	102 504	47 739	46,6%	0,5%
Conferências		22 500	-22 500	-100,0%	
8.º Congresso OCC	174 690	174 690			0,6%
Taxas e emolumentos	236 980	1 399 915	-1 162 935	-83,1%	0,8%
Inscrições - Reg. atribuição créditos	9 431	8 238	1 192	14,5%	
Vinhetas	37 156	39 808	-2 652	-6,7%	0,1%
Outros serviços	12 010 189	11 809 122	201 067	1,7%	41,8%
Serviços de informática (aos membros)	11 942 619	11 735 874	206 744	1,8%	41,6%
Cedência espaço instalações OCC e serv. compl.	20 215	18 918	1 297	6,9%	0,1%
Encontro Nacional dos CC	29 520	21 780	7 740	35,5%	0,1%
Outros eventos	17 835	32 549	-14 714	-45,2%	0,1%
Trabalhos para a própria entidade	1 972 616	891 066	1 081 550	121,4%	6,9%
Projeto de Desenvolvimento Informático	1 972 616	891 066	1 081 550	121,4%	6,9%
Reversões	40 000		40 000		0,1%
Perdas por imparidade	40 000		40 000		0,1%
Outros rendimentos	73 488	67 911	5 577	8,2%	0,3%
Multas-processos disciplinares e AT	73 488	67 911	5 577	8,2%	0,3%
Juros, dividendos e outros rendimentos	67 528	78 418	-10 890	-13,9%	0,2%
Juros obtidos	67 528	78 418	-10 890	-13,9%	0,2%
Total	28 720 207	28 980 686	-260 479	-0,9%	100,0%

O valor orçamentado em 2026 referente à venda de mercadorias (material merchandising) é de 6.711 euros, apresentando uma variação em relação ao valor do orçamento de 2025 de mais 2.849 euros (+73,8%), atendendo ao valor real previsto para o ano de 2025.

A prestação de serviços com um peso de 92,5% no valor total dos rendimentos orçamentados, apresenta um valor de 26.559.864 euros, inferior em 1.379.595 euros (-4,9%) face ao valor orçamentado para o ano de 2025.

O valor das quotas, rubrica com maior peso nos rendimentos da Ordem, apresenta o valor de 12.240.297 euros (42,6%) e uma variação de menos 217.233 euros (-1,7%) face ao valor orçamentado em 2025. O valor orçamentado para as quotas tem em consideração a existência, em 31 de dezembro de 2026, de 71.563 membros ativos com uma quota mensal de 15 euros e os 2.091 membros suspensos com uma quota mensal de 7,5 euros.

Estima-se que durante o ano de 2026 existam 2.819 novos membros, para os quais se prevê uma quota com redução de 50% nos primeiros doze meses de inscrição

sendo o impacto orçamental desta redução do valor das quotas de 300.485 euros. O impacto desta redução abrange os novos membros de 2026 e os novos membros de 2025 nos meses que não atingiram um ano da entrada na OCC.

Também para os membros com mais de 80 anos, prevê-se a isenção das quotas para os que não desenvolvem atividade (média de 1.012 membros), com um impacto na redução do rendimento das quotas de 182.160 euros. Adicionalmente está previsto a redução das quotas em 50% para membros que não desenvolvem atividade entre os 75 anos e os 80 anos (média de 862 membros). Esta medida, terá um impacto na redução dos rendimentos das quotas de 77.580 euros.

Prevê-se ainda a existência do cancelamento de inscrição de 1.273 membros, com um impacto no orçamento de 2026, de 141.565 euros.

As prestações de serviços referentes a ações de formação, tem um peso de 7,0% no total dos rendimentos da Ordem, com um valor de 2.022.078 euros, tendo uma variação de menos 9.237 euros (-0,5%) face ao valor orçamentado em 2025. Neste âmbito, a formação eventual tem o peso mais significativo, apresentando um valor estimado de 1.697.145 euros, menos 34.477 euros (-2,0%) que o valor orçamento para o ano de 2025, estando previsto a realização de quatro formações eventuais, similar ao estimado para o ano de 2025. O número de formandos estimado em 2026 tem por base os números reais do ano de 2025.

Salienta-se que toda a formação on-line, (formação à distância, Plug-in, descomplicar na hora, Reuniões livres e CCclix) passou a ser gratuita desde 1 de janeiro de 2023. O valor dos rendimentos das ações de formação previsto no orçamento para o ano de 2026, tal como sucedeu em relação ao orçamento de 2025, 2024 e 2023, é exclusivamente referente à formação presencial (formação eventual e formação segmentada).

No ano de 2026 pretende-se disponibilizar inovadoras e diversificadas sessões de formação profissional contínua, que respondam às mais recentes necessidades formativas dos contabilistas certificados, assegurando que o programa e modelos formativos da Ordem se mantêm atuais, flexíveis, modernos e completos. A Ordem reforçará a oferta formativa, apostando em áreas emergentes que estão a moldar o futuro da contabilidade e da fiscalidade, tais como inteligência artificial, relato de sustentabilidade, fiscalidade internacional, gestão de risco e novas exigências de reporte, sem nunca se negligenciar os pilares essenciais da profissão como a ética e deontologia, contabilidade, fiscalidade e gestão empresarial.

A profissão de contabilista certificado exige hoje um conjunto alargado de competências especializadas, aliando rigor técnico, capacidade analítica e domínio de novas ferramentas digitais. Assim, torna-se essencial garantir que os contabilistas certificados disponham de formação atualizada e programas estruturados de desenvolvimento ao longo da sua carreira profissional.



Pretende-se manter obrigatória a formação profissional contínua "Boas Práticas segundo o Novo Estatuto", assegurando que todos os contabilistas certificados que exerçam a profissão se encontrem com o conhecimento necessário sobre o enquadramento estatutário e deontológico da profissão.

É premissa para o ano de 2026 continuar a desenvolver o CCCLIX realizando e publicando mais vídeos e tutoriais sobre as matérias do dia a dia dos profissionais, incluindo as matérias estatutárias e deontológicas, matérias de contabilidade, matérias de fiscalidade, matérias sobre o direito do trabalho e segurança social, entre outras.

Pretende-se em 2026 manter a emissão semanal das reuniões livres, com transmissão via YouTube, garantindo um modelo de esclarecimento técnico de acesso livre para todos os membros.

Em 2026, a OCC vai continuar a assegurar, de forma gratuita, cursos de formação dirigidos aos novos membros com menos de um ano de inscrição, focados no desenvolvimento de competências essenciais ao início do exercício profissional.

No ano de 2026, pretende-se manter o rigoroso controlo do cumprimento ético dos créditos anuais de formação profissional, garantindo que todos os contabilistas certificados dispõem das condições necessárias para cumprir este dever.

Após o adiamento, por razões logísticas, da organização do 8.º Congresso dos Contabilistas Certificados, de 2025 para 2026, este ano terá lugar, em setembro, o grande encontro de profissionais para debate e reflexão sobre o passado, presente e futuro da profissão. O valor do orçamento para 2026 referente às inscrições no 8.º Congresso dos Contabilistas Certificados é 174.690 euros, igual ao considerado no orçamento de 2025.

O valor das taxas e emolumentos de 236.980 euros apresenta uma variação de menos 1.162.935 euros (-83,1%) face ao valor orçamentado em 2025. A parcela mais significativa deste valor refere-se à taxa do exame/formação de admissão no valor de 152.400 euros, para as três opções previstas (A, B e C) de acordo com o novo Regulamento de Inscrição, Estágio e Exame Profissionais que entrou em vigor no dia 1 de julho de 2024. O valor considerado para o ano de 2026, é referente à taxa de exame dos candidatos que necessitam de repetir o exame. No dia 26 de julho de 2024 o Conselho Diretivo deliberou, que todos os processos de inscrição recebidos na Ordem a partir dessa data e até ao final de julho de 2025 ficam isentos de qualquer pagamento. Em julho de 2025, o Conselho Diretivo da OCC propôs a isenção de todos os processos de inscrição até final de 2025. No ano de 2026 pretende-se manter a isenção nos processos de inscrição.

Esta medida de isenção da taxa de exame/formação de admissão, recomendada e respaldada pelo Conselho de Supervisão, visa promover a igualdade de oportunidades, facilitando o acesso à profissão de Contabilista Certificado a todos os interessados, independentemente da sua situação financeira.

Na prestação de serviços de informática aos membros (TOConline) foi considerado um aumento de 1,8% (+206.744 euros), face ao orçamento de 2025, tendo em consideração o número de licenças ativas em 30 de setembro de 2025, o seu crescimento face a 2024 e o preço nessa data.

Os trabalhos para a própria entidade, referentes ao projeto de investimento (ativos intangíveis) de desenvolvimento informático, apresentam um valor total de 1.972.616 euros, mais 1.081.550 euros (+121.4%) face ao valor orçamentado em 2025.

As multas de processos disciplinares e da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) referentes à cobrança coerciva das quotas, inseridas na rubrica de outros rendimentos, apresentam um valor orçamentado para 2026 de 73.488 euros, mais 5.577 euros (+8,2%) do que o valor orçamentado para 2025, tendo como base o valor real estimado para o ano de 2025.

Os rendimentos referentes a juros, dividendos e outros rendimentos apresentam um valor orçamentado para 2026 no montante de 67.528 euros relativos a juros obtidos das aplicações financeiras existentes. O valor líquido do rendimento das aplicações financeiras reverte para o fundo de pensões da OCC.

Gastos

No quadro seguinte, apresentam-se os gastos totais orçamentados para os anos de 2025 e 2026:

Gastos	euros				
	Orçamento 2026	Orçamento 2025	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/ total
CMVMC	1 402	1 225	177	14,5%	
FSE	14 406 707	15 246 276	-839 569	-5,5%	51,2%
Gastos com o pessoal	10 525 543	9 654 116	871 427	9,0%	37,4%
Gastos de depreciação e de amortização	2 766 763	2 434 025	332 738	13,7%	9,8%
Perdas por imparidade	84 000	84 000			0,3%
Outros gastos	309 778	284 240	25 538	9,0%	1,1%
Gastos de financiamento	66 422	95 464	-29 043	-30,4%	0,2%
Total	28 160 615	27 799 346	361 270	1,3%	100,0%

Os gastos totais previstos para o ano de 2026 são de 28.160.615 euros, com um aumento de 361.270 euros (+1,3%) em relação ao valor orçamentado no ano de 2025.

Os gastos com fornecimentos e serviços externos são a rubrica de gastos com



maior peso no orçamento total da Ordem, com uma percentagem de 51,2% a que corresponde o montante de 14.406.707 euros, e apresentam uma variação de menos 839.569 euros (-5,5%) face ao orçamento de 2025.

O valor dos gastos com pessoal orçamentado para o ano de 2026, tem um peso de 37,4% no valor total dos gastos e apresentam um valor de 10.525.543 euros, mais 871.427 euros (+9,0%) face ao valor orçamentado para o ano de 2025.

Comparação do orçamento para o ano de 2026 com o orçamento do ano de 2025

euros					
Fornecimentos e serviços externos	Orçamento 2026	Orçamento 2025	Orçamento variação	Orçamento variação %	% s/ total
Subcontratos	569 706	832 068	-262 363	-31,5%	4,0%
Serviços especializados	6 986 927	7 490 030	-503 104	-6,7%	48,5%
Trabalhos especializados	4 829 802	5 456 784	-626 982	-11,5%	33,5%
Publicidade e propaganda	24 540	24 540			0,2%
Vigilância e segurança	181 934	250 688	-68 754	-27,4%	1,3%
Honorários	1 535 333	1 304 486	230 847	17,7%	10,7%
Conservação e reparação	123 048	172 720	-49 672	-28,8%	0,9%
Serviços bancários	218 962	235 344	-16 382	-7,0%	1,5%
Outros	73 308	45 469	27 839	61,2%	0,5%
Materiais	554 807	378 826	175 980	46,5%	3,9%
Ferramentas e utensílios	37 275	40 032	-2 757	-6,9%	0,3%
Livros e documentação técnica	60	309	-249	-80,6%	
Material de escritório	17 976	17 736	240	1,4%	0,1%
Artigos para oferta	493 351	313 012	180 339	57,6%	3,4%
Outros Materiais	6 144	7 738	-1 593	-20,6%	
Energia e fluídos	205 324	231 519	-26 195	-11,3%	1,4%
Deslocações, estadas e transportes	334 394	402 679	-68 285	-17,0%	2,3%
Serviços diversos	5 755 551	5 911 153	-155 603	-2,6%	40,0%
Rendas e alugueres	1 248 842	1 312 949	-64 107	-4,9%	8,7%
Comunicação	516 810	602 315	-85 505	-14,2%	3,6%
Seguros	3 770 908	3 794 073	-23 165	-0,6%	26,2%
Contencioso e notariado	14 136	18 000	-3 864	-21,5%	0,1%
Despesas de representação	8 218	5 966	2 252	37,8%	0,1%
Limpeza, higiene e conforto	196 636	177 850	18 786	10,6%	1,4%
Total	14 406 707	15 246 276	-839 569	-5,5%	100,0%

A rubrica de fornecimentos e serviços externos merece uma análise mais detalhada, nas seguintes subrubricas:

a) Subcontratos

Os subcontratos incluem, sobretudo, os gastos com o alojamento do programa TO-Online, a impressão das publicações periódicas da Ordem, e apresentam para 2026 um valor de 569.706 euros, com um peso nos fornecimentos e serviços de 4,0% e uma variação face ao orçamento de 2025 de menos 262.363 euros (-31,5%).

O valor do programa TOOnline referente exclusivamente ao alojamento apresenta o valor de 443.240 euros, menos 81.976 euros (-15,6%) que o valor orçamentado em 2025.

No dia 22 de setembro de 2025, dia das comemorações do Dia do Contabilista, no auditório da Delegação da Ordem no Porto, foi feita a apresentação do Sistema de Legislação do Contabilista Certificado – CCLEX (revitalização do SICC) não existindo gastos de subcontratos em 2026. Neste dia foi concretizado o lançamento do "Livro de Contabilidade Financeira" não estando previstos gastos de impressão em 2026.

euros

Subcontratos	Orçamento 2026	Orçamento 2025	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/ total
Vinhetas	657	805	-147	-18,3%	0,1%
SICC		70 689	-70 689	-100,0%	
TOCOnline	443 240	525 216	-81 976	-15,6%	77,8%
Impressão Livro da Contabilidade		109 551	-109 551	-100,0%	
Impressão Revista Contabilidade e Gestão	1 002	1 002			0,2%
Impressão Revista CC	122 500	122 500			21,5%
Outras Impressões	2 306	2 306			0,4%
Total	569 706	832 068	-262 363	-31,5%	100,0%

b) Serviços especializados

Os serviços especializados em 2026 apresentam um valor de 6.986.927 euros, menos 503.104 euros (-6,7%) em relação ao orçamento de 2025, e representam 48,5% do valor total dos fornecimentos e serviços externos.

Trabalhos Especializados e honorários

Os trabalhos especializados em 2026 apresentam um valor de 4.829.802 euros, menos 626.982 euros (-11,5%) em relação ao orçamento de 2025. Deste valor, uma grande parte é referente aos gastos de trabalhos especializados dos formadores da formação eventual, formação segmentada, formação à distância, formação Plug-in, formação modular e reuniões livres, que tem um valor de 702.227 euros. O valor referente aos serviços de restauração da formação é 569.542 euros, para os manuais de formação é 51.130 euros e para as brochuras de formação é 109.563 euros.

Os honorários apresentam em 2026 um valor de 1.535.333 euros, mais 230.847 euros (+17,7%) face ao orçamento de 2025. Nesta rubrica de honorários os formadores apresentam um valor de 868.913 euros. Na rubrica de honorários está também incluído o valor de 48.416 euros para elaboração de manuais de formação, o valor de 129.564 euros para as várias Comissões, o valor de 217.267 euros para consultoria técnica, o valor de 150.000 euros para consultas médicas online e o valor de 86.625 euros para assessoria jurídica.

No quadro seguinte são apresentados os valores agregados referentes a trabalhos especializados (formadores e restauração) e honorários (formadores) referentes às várias modalidades de formação profissional disponíveis para os membros. Englobando o valor de trabalhos especializados e honorários os gastos



referentes à formação profissional apresentam em 2026 um valor de 2.370.894 euros, apresentando um aumento de 241.308 euros (+11,3%) face ao orçamento do ano de 2025.

De referir que os gastos dos formadores da formação podem ser considerados trabalhos especializados ou honorários conforme a qualidade de sujeito passivo que emite as faturas.

euros

Formação – Trabalhos especializados e Honorários	Orçamento 2026	Orçamento 2025	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/ total
Formação Eventual	1 120 665	861 796	258 870	30,0%	47,3%
Formação Segmentada	78 055	27 774	50 282	181,0%	3,3%
Formação Distância / Plug-in	375 753	437 268	-61 514	-14,1%	15,8%
Formação Reuniões Livres	353 562	282 945	70 617	25,0%	14,9%
Formação TOCOnline ambiente trabalho	46 333	50 971	-4 639	-9,1%	2,0%
Formação Acesso à Profissão	396 526	468 833	-72 307	-15,4%	16,7%
Total	2 370 894	2 129 586	241 308	11,3%	100,0%

O quadro a seguir apresentado evidencia os valores orçamentados para 2026 dos gastos referentes à formação gratuita e o respetivo investimento no CCclix.

euros

Apoio aos membros – Formação	Reuniões Livres e RL TOCOnline	Formação à distância	Formação descomplicar	Formação plug-in	CCclix	Total Orçamento 2026
Investimento Ativo Intangível					22 189	22 189
Investimento Ativo Intangível em curso					14 550	14 550
Total Investimentos					36 739	36 739
Formadores	348 237	48 000	23 583	150 000		569 820
Serviços de Informática		19 178	19 178	19 178	50 327	107 862
Elaboração Manuais de Formação		36 000		60 636		96 636
Rendas e alugueres-Espaços	23 464					23 464
Rendas e alugueres-Equipamentos	4 380					4 380
Deslocações, Estadas e Refeições	19 437					19 437
Outros trabalhos especializados	5 324					5 324
Gastos de amortização					5 742	5 742
Total Gastos	400 843	103 178	42 761	229 814	56 069	832 666

Os trabalhos especializados incluem o valor de 1.313.982 euros para os serviços especializados de informática e 246.000 euros para datacenter, licenciamento e videoconferência.

Os trabalhos especializados referentes aos serviços de restauração apresentam um valor de 1.045.980 euros, incluindo 569.542 euros referente à formação, 23.222 euros para a entrega de medalhas, 140.374 euros do Encontro Nacional CC, 58.504 euros para a Festa de Natal e 249.491 euros para o 8.º Congresso CC.

Para além do referido, os trabalhos especializados incluem ainda o valor de 121.095 euros para as várias Comissões, o valor de 69.578 euros para a coleção Es-

sencial, o valor de 200.000 euros para serviços de advocacia, o valor de 163.038 euros para consultores externos, o valor adicional ao de restauração de 110.868 euros para o Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados, para além dos valores referentes ao serviço de restauração o valor de 275.335 euros para o 8.º Congresso CC, para além do valor dos serviços de restauração o valor de 46.088 euros para a Festa de Natal da Ordem dos Contabilistas Certificados.

Publicidade e Propaganda

A rubrica de publicidade e propaganda tem orçamentado para o ano de 2026 o valor de 24.540 euros, igual ao valor orçamentado para o ano de 2025.

Vigilância e Segurança

Os gastos referentes a vigilância e segurança em 2026 apresentam um valor de 181.934 euros, apresentando uma redução de 68.754 euros (-27,4%) face ao valor orçamentado no ano de 2025.

Conservação e reparação

Os serviços especializados de conservação e reparação apresentam em 2026 um valor de 123.048 euros, com uma redução de 49.672 euros (-28,8%) face ao orçamento de 2025. Em relação aos gastos de conservação e reparação das representações salienta-se o edifício Sede e auditório com um valor de 36.000 euros e a delegação do Porto com um valor de 75.000 euros.

Serviços Bancários

Em relação aos serviços bancários prevê-se para o ano de 2026 um gasto de 218.962 euros, menos 16.382 euros (-7,0%) que o valor previsto no orçamento para o ano de 2025, ajustado ao valor real de 2025. O montante total previsto de serviços bancários inclui os valores de maior expressão de 141.459 euros de comissão visa/MBNET e 58.574 euros de comissão MB.

Outros Serviços Especializados

Os outros serviços especializados com um valor previsto para 2026 de 73.308 euros são referentes aos juros líquidos das aplicações financeiras que revertem na sua totalidade para o Fundo de Pensões. Esta rubrica apresenta mais 27.839 euros (+61,2%) face ao valor orçamentado em 2025.

c) Materiais

A rubrica de materiais, incluindo ferramentas e utensílios, livros e documentação técnica, material de escritório e artigos para oferta, apresenta um valor orçamentado para 2026 de 554.807 euros, mais 175.980 euros (+46,5%) que o valor



orçamentado para 2025, e refere-se essencialmente aos gastos de agendas e calendários no valor de 171.746 euros, aos gastos com as medalhas comemorativas dos 25 anos de profissão de contabilista certificado com um valor de 63.821 euros, aos gastos com as ofertas do 8.º Congresso no valor de 92.695 euros, aos gastos com as ofertas do Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados no valor de 10.420 euros, aos gastos com ofertas da Festa de Natal a realizar em dezembro de 2026 com um valor de 32.114 euros, sendo quase todo o remanescente referente a material de escritório.

d) Energia e fluídos

Os gastos previstos com o fornecimento de água e eletricidade, de Lisboa, Porto, Braga e outras representações da Ordem, e de combustíveis apresentam uma variação de menos 26.195 euros (-11,3%) face ao valor apresentado no orçamento de 2025, sendo o valor previsto para o ano de 2026 de 205.324 euros, tendo em consideração o valor real de 2025.

e) Deslocações, estadas e transportes

Esta rubrica de deslocações, estadas e transportes regista, designadamente, os gastos decorrentes da participação nas diversas formações, eventos e fóruns nacionais e internacionais, bem como outras deslocações dos diversos Órgãos ao serviço da Instituição.

O valor orçamentado para o ano de 2026 é de 334.394 euros, menos 68.285 euros (-17,0%) que o valor orçamentado para o ano de 2025. Estão incluídos nesta rubrica os gastos de deslocações, estadas e transportes dos órgãos sociais no montante de 110.153 euros. Também estão incluídos nesta rubrica o valor de 122.732 euros para as deslocações, estadas e transportes da formação e 25.648 euros para o 8.º Congresso, sendo o remanescente referente a deslocações e estadas de representações internacionais, conferencias e outros eventos e transportes dos colaboradores dos vários departamentos ao serviço da Ordem.

f) Serviços diversos

Rendas e alugueres

O valor dos gastos previstos para rendas e alugueres no ano de 2026 é de 1.248.842 euros, menos 64.107 euros (-4,9%) em relação ao valor orçamentado para o ano de 2025. Tendo em conta a realização prevista do VIII Congresso do Contabilista Certificado, em 2026 o valor estimado para aluguer de espaço é 262.434 euros e para aluguer de equipamentos é 540.630 euros.

Nesta rubrica destaca-se ainda o valor dos alugueres de espaços e equipamentos para as reuniões livres de 27.844 euros, e para a formação eventual o valor de 177.241

euros. Destaca-se também o valor referente às instalações das delegações da Guarda, Évora, Portalegre, Bragança, Ponta Delgada e Beja no valor de 51.347 euros.

Comunicação

O valor previsto para comunicação em 2026 é de 516.810 euros, com uma redução em relação ao valor previsto no orçamento de 2025 de 85.505 euros (-14,2%). Neste valor está incluído o correio normal no valor de 109.800 euros e editorial no montante de 174.582 euros, o valor de telefones, internet e televisão de 143.127 euros, o montante de 89.300 euros para o envio das agendas e calendários.

Seguros

No que respeita à previsão de gastos com seguros, a mesma inclui as apólices de seguros de responsabilidade civil profissional e de saúde dos membros suportados pela Ordem, bem como os restantes seguros, como sejam, os do ramo automóvel, multirriscos e responsabilidade civil, contratados para o exercício da atividade institucional.

O valor previsto no orçamento para 2026 é de 3.770.908 euros, com uma redução em relação ao valor orçamentado para 2025 no montante de 23.165 euros (-0,6%). Salienta-se que esta rubrica tem um peso muito expressivo de 26,2% no valor total dos gastos de fornecimentos e serviços externos.

O seguro de saúde dos membros em 2026 apresenta um valor de 2.734.719 euros, mais 1% que o valor da apólice atualmente vigente, para o período de 1 de abril de 2026 a 31 de março de 2027.

Contencioso e Notariado

O montante orçamentado para 2026 em relação a gastos de contencioso e notariado é de 14.136 euros, menos 3.864 euros (-21,5%) em relação ao orçamentado de 2025.

Limpeza, Higiene e Conforto

Relativamente aos gastos de limpeza, higiene e conforto estima-se para o ano de 2026 um valor de 196.636 euros, com um aumento de 18.786 euros (+10,6%) face ao valor orçamentado no ano de 2025. No valor total apresentado referente aos gastos de limpeza, higiene e conforto da sede e representações, a sede e auditório apresentam o valor mais expressivo com 107.484 euros, a representação do Porto apresenta o valor de 58.742 euros e a representação de Braga o valor de 10.855 euros, sendo o valor remanescente afeto às restantes representações da Ordem.



Gastos com o pessoal

Competência, responsabilidade, capacidade de resposta, altruísmo e agilidade, são características comuns a todos os colaboradores da Ordem permitindo que os vários serviços e departamentos consigam, nas mais variadas áreas, responder a todas as necessidades dos contabilistas certificados e demais interessados.

Neste sentido, como é nosso apanágio, continuaremos atentos, identificando necessidades e agindo prontamente para reforçar os pontos ou áreas de apoio aos membros que assim exijam. Seja em termos de apoio técnico, jurídico, formativo ou pessoal, continuaremos a evoluir diariamente, tornando o apoio da OCC cada vez mais eficiente e pronto a responder.

O presente Plano de Atividades e Orçamento apresenta, para 2026, a estrutura interna da Ordem constituída por 181 colaboradores, mais 6 colaboradores do que o orçamento de 2025 e mais 13 em relação ao orçamento de 2024 e mais 38 do que o orçamento de 2023, distribuídos por 14 departamentos/serviços cooperantes e interligados entre si.

Os gastos com pessoal, que incluem as remunerações e encargos dos colaboradores e órgãos sociais da OCC apresentam um valor de 10.525.543 euros, registando um aumento de 871.427 euros (+9,0%) face ao orçamento de 2025.

As remunerações da Bastonária, Conselho Diretivo, Conselho Fiscal, Conselho Jurisdicional, e Assembleia Representativa encontram-se orçamentadas para o ano de 2026 com base no estipulado pelo Conselho de Supervisão.

As remunerações do Presidente do Conselho de Supervisão e Vogais do Conselho de Supervisão foram orçamentadas para o ano de 2026 de acordo com a proposta do Conselho Diretivo, aprovada na Assembleia Representativa de 14 de março de 2025.

Gastos com o Pessoal	euros				
	Orçamento 2026	Orçamento 2025	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/ total
Remunerações órgãos sociais	1 036 670	1 007 941	28 728	2,9%	9,8%
Remunerações do pessoal	7 426 421	6 783 712	642 709	9,5%	70,6%
Encargos sobre remunerações órgãos sociais	214 051	207 398	6 653	3,2%	2,0%
Encargos sobre remunerações do pessoal	1 562 408	1 427 177	135 231	9,5%	14,8%
Seguros de acidente no trabalho	38 625	35 451	3 173	9,0%	0,4%
Gastos de ação social	227 369	175 036	52 333	29,9%	2,2%
Outros gastos com o pessoal	20 000	17 400	2 600	14,9%	0,2%
Total	10 525 543	9 654 116	871 427	9,0%	100,0%

Outros Gastos

euros

Outros Gastos	Orçamento 2026	Orçamento 2025	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/ total
Gastos de depreciação e de amortização	2 766 763	2 434 025	332 738	13,7%	85,7%
Ativos fixos tangíveis	1 390 776	1 276 428	114 347	9,0%	43,1%
Ativos intangíveis	1 375 987	1 157 597	218 391	18,9%	42,6%
Perdas por imparidade	84 000	84 000			2,6%
Em dívidas a receber	84 000	84 000			2,6%
Outros gastos	309 778	284 240	25 538	9,0%	9,6%
Impostos	83 353	49 732	33 621	67,6%	2,6%
Quotizações	226 425	234 508	-8 083	-3,4%	7,0%
Gastos de financiamento	66 422	95 464	-29 043	-30,4%	2,1%
Juros de financiamentos obtidos	66 422	95 464	-29 043	-30,4%	2,1%
Total	3 226 963	2 897 729	329 234	11,4%	100,0%

Depreciações e amortizações

As depreciações referentes aos ativos fixos tangíveis apresentam um valor de 1.390.776 euros com um aumento de 114.347 euros (+9,0%) face ao orçamento de 2025. O valor estimado das depreciações tem em consideração os ativos fixos tangíveis atualmente existentes e o investimento previsto para 2026 da aquisição do imóvel próximo da sede da Ordem, destinado a acolher atividades de formação, eventos, serviços de catering e apoio ao auditório, na perspetiva de melhoria dos serviços prestados aos membros, sendo o investimento na delegação de Lisboa, Porto, Braga e outras delegações no valor de 1.408.150 euros e equipamento informático no valor de 559.216 euros.

As amortizações de ativos intangíveis apresentam um valor de 1.375.987 euros com um aumento de 218.391 euros (+18,9%) face ao valor orçamentado para 2025. O valor estimado das amortizações tem em consideração os ativos intangíveis atualmente existentes, incluindo o valor referente ao investimento previsto para 2026 em novas funcionalidades do desenvolvimento informático do TOConline e novos cursos e tutoriais do CCclix, no montante de 1.313.581 euros.

Perdas por imparidade

As perdas por imparidade apresentam um valor orçamentado para 2026 no montante de 84.000 euros, similar ao orçamentado em 2025.

Outros gastos

Os «Outros gastos» incluem os impostos (IUC, IMI), os donativos com relevância para as instituições produtoras de eventos relacionados com a atividade profissional, as quotizações para as entidades nacionais e internacionais onde participamos (European Federation of Accountants for SME's (EFAA), Comité de Integración Latino-Europa América (CILEA), Fédération des Experts Comptables Méditerranéens (FCM), International Federation of Accountants (IFAC), Edinburgh Group (EG), e Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP).



A rubrica de outros gastos apresenta um valor orçamentado em 2026 no montante de 309.778 euros, mais 25.538 euros (+9,0%) em relação ao valor orçamentado para o ano de 2025.

O valor orçamentado para o ano de 2026 referente a impostos é de 83.353 euros, e o valor estimado para quotizações é de 226.425 euros.

Quotizações	Orçamento 2026
EFAA – Quotas 2026	37 500
CNOP – Quotas 2026	3 000
IFAC – Quotas 2026	174 525
FCM – Quotas 2026	3 000
CILEIA – Quotas 2026	6 200
ACCA – Quotas 2026	2 200
Total	226 425

Gastos de financiamento

Os gastos de financiamento com um montante orçamentado para 2026 de 66.422 euros apresentam uma redução de 29.043 euros (-30,4%) em relação ao valor orçamentado em 2025, que resulta da quebra nas taxas de juro. Os juros de financiamento estão estritamente relacionados com os investimentos realizados de aquisição e remodelação das instalações do Porto e do auditório de Lisboa.

Plano anual de investimentos

Plano anual de investimentos	Orçamento 2026	Orçamento 2025
Ativos fixos tangíveis	1 967 366	596 721
Edifícios e Outras Instalações	1 408 150	325 000
Lisboa	1 204 000	115 000
Porto	122 500	
Braga	50 000	
Viana Castelo		175 000
Outras Delegações	31 650	35 000
Equipamento administrativo	559 216	271 721
Equipamento informático – Desenvolvimento Informático	510 016	
Equipamento informático – Desenvolvimento Informático	49 200	271 721
Ativos intangíveis	1 313 581	733 341
CCCLix	22 189	21 066
Desenvolvimento Informático	1 291 392	712 275
Investimentos em curso	1 629 025	1 481 143
Investimentos em curso – Ativos Tangíveis		225 000
Instalações do Porto		75 000
Instalações de Braga		150 000
Investimentos em curso – Ativos Intangíveis	1 629 025	1 256 143
CCCLix	14 550	5 400
Desenvolvimento Informático	1 153 225	300 743
Modernização Informática DTI	461 250	950 000
Total	4 909 972	2 811 205

Para o ano de 2026, prevê-se um investimento na aquisição de um imóvel contíguo à sede da Ordem, destinado a acolher atividades de formação, eventos, serviços de catering e apoio ao auditório. Na perspetiva de melhoria dos serviços prestados aos membros, prevê-se o investimento na delegação de Lisboa, Porto, Braga e outras delegações no montante de 1.408.150 euros.

A nível do equipamento administrativo está previsto a aquisição de equipamento informático no valor de 559.216 euros.

No caso dos ativos intangíveis, está previsto o investimento de 1.313.581 euros para o desenvolvimento informático tais como a introdução de novas funcionalidades no TOCOnline (disponibilizando novos módulos), e novos cursos de formação e tutoriais do CCclix.

Está também previsto o valor de 14.550 euros em ativos intangível em curso para um ciclo de novos cursos de formação e tutoriais CCclix, o valor de 1.153.225 euros para o desenvolvimento informático, na introdução de novas funcionalidades no TOCOnline e o valor de 461.250 euros para a modernização informática DTI da OCC.

Os investimentos previstos serão realizados com recurso a fundos patrimoniais próprios da Ordem e serão concretizados na proporção das disponibilidades financeiras correntes existentes.

Tesouraria

O orçamento de tesouraria para 2026 apresenta valores estimados para o período de janeiro a dezembro de acordo com o orçamento previsto e os compromissos previamente assumidos.

Tendo em consideração o valor inicial dos saldos de bancos em 01/01/2026 de 201.630 euros, de acordo com o valor do saldo final a 31/12/2025, o valor total previsto de recebimentos será de 36.145.003 euros e de pagamentos de 36.102.132 euros, assim prevê-se um saldo positivo em bancos a 31/12/2026 de 244.501 euros, a acrescer o montante de 2.750.000 euros referente às aplicações financeiras, teremos um total de disponibilidades em caixa e bancos de 2.994.501 euros. O saldo final de 31/12/2025 foi estimado com base no valor real a 31/10/2025 e os valores estimados de novembro e dezembro.

No quadro seguinte apresenta-se o orçamento de tesouraria para o ano de 2026, sendo o montante esperado referente às aplicações financeiras e aos valores referentes à ao plafond disponível para utilização, ambos com referência ao ano de 2026.



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2026

Orçamento de tesouraria	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado
	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado
RECEBIMENTOS	8 184 508	1 824 291	2 634 225	2 720 913	1 866 522	1 930 813	3 863 293	1 831 824	3 035 748	3 119 329	2 297 270	2 836 268	36 145 003
Quotas Recebidas	2 018 277	468 622	791 611	1 385 174	516 495	592 470	1 644 808	490 907	813 727	1 358 321	897 791	890 080	11 868 282
Ações Formação	40 661	31 264	516 579	19 869	21 520	17 206	386 122	23 125	389 510	390 184	27 592	513 135	2 376 767
Outras Receitas	1 259 811	1 262 911	1 256 029	1 253 266	1 258 209	1 255 979	1 256 161	1 242 810	1 263 833	1 287 182	1 292 866	1 278 494	15 167 550
Aplic. Financeira (vencimento)	4 750 000						500 000		500 000				5 750 000
Aplicação Financeira (Juros)	53 625												53 625
Fundo de Pensões	62 135	61 495	70 006	62 603	70 298	65 158	76 202	74 983	68 678	83 642	79 021	154 559	928 779
PAGAMENTOS	6 870 700	2 746 211	2 383 866	2 159 113	2 442 833	2 449 348	2 924 223	1 929 998	3 516 369	2 318 102	2 955 746	3 405 622	36 102 132
Seguros	300 199	300 228	300 243	338 674	302 508	302 247	494 217	302 476	302 445	452 458	302 313	303 252	4 001 270
Fornecedores C/C	603 048	550 980	1 035 593	633 919	587 803	580 317	1 085 369	414 869	2 111 331	720 553	939 607	1 535 068	10 798 458
Fornecedores de Investimentos	1 096 174	663 494	36 174	36 174	36 174	36 174	36 174	36 174	36 174	36 174	36 174	36 174	2 121 409
Rec. Humanos/Seg.Social/IRS/FCT	762 393	724 567	762 703	738 406	729 635	1 167 031	900 363	723 240	717 105	719 348	1 193 280	1 076 960	10 215 031
Impostos	169 273	320 734	124 077	291 043	594 091	243 307	268 897	260 201	223 362	239 034	282 591	243 405	3 260 018
Pagamentos diversos	16 469	18 288	15 409	15 622	15 000	15 252	16 848	15 000	17 713	16 178	16 178	16 178	194 136
Membros - Fundo Social	10 669	10 669	10 669	10 669	10 669	10 669	10 669	10 669	10 669	10 669	10 669	10 669	128 034
Entregas Fundo Pensões	115 760	61 495	70 006	62 603	70 298	65 158	76 202	74 983	68 678	83 642	79 021	154 559	982 404
Financiamentos	8 277	74 944	8 277	8 277	74 944	8 277	8 277	74 944	8 277	8 277	74 944	8 277	365 990
Aplicação Financeira	3 750 000												3 750 000
Outros Gastos Financeiros	38 438	20 813	20 713	23 726	21 711	20 914	27 207	17 442	20 613	31 758	20 969	21 080	285 384
BALANÇO MÊS	1 313 808	-921 920	250 359	561 800	-576 312	-518 535	939 069	-98 174	-480 621	801 226	-658 476	-569 354	42 871
Saldo inicial a 01/01/2026:													
201 630													
ACUMULADO MÊS	1 515 439	593 519	843 877	1 405 677	829 365	310 830	1 249 899	1 151 726	671 105	1 472 331	813 855	244 501	244 501
Aplicação financeira	3 750 000	3 750 000	3 750 000	3 750 000	3 750 000	3 750 000	3 250 000	3 250 000	3 750 000	2 750 000	2 750 000	2 750 000	2 750 000
TOTAL caixa. + dep. bancários	5 265 439	4 343 519	4 593 877	5 155 677	4 579 365	4 060 830	4 499 899	4 401 726	4 421 105	4 222 331	3 563 855	2 994 501	2 994 501

Desde o primeiro mandato, no ano de 2018 o Conselho Diretivo agilizou práticas para melhorar eficiências, de controlo da despesa e das cobranças, em articulação com uma política mais eficaz e proativa de gestão dos financiamentos, de modo a superar de forma positiva o orçamento previsto na tesouraria para 2018, reduzindo o endividamento e, consequentemente, o valor dos juros a pagar.

Para o ano de 2026, matemos o critério dos anos de 2019 a 2025, seguindo a mesma política de boa gestão, nas despesas com medição da efetiva necessidade em relação aos objetivos definidos, no plano de atividades e gestão cada vez mais eficiente nos valores cobrados, não está prevista a utilização de qualquer valor das contas caucionadas. Apesar disso, e tendo em consideração a premissa de uma gestão prudente e de boa cobertura de qualquer imprevisto extraordinário devido a razões exógenas ou outras análogas, está previsto para o ano de 2026 a manutenção do plafond disponível para utilização de 1.250.000 euros do Millennium BCP e do Santander Totta.

A aquisição das novas instalações do Porto e a sua remodelação, inaugurada em março de 2016, teve um valor de investimento de 7.391.066 euros, com recurso a um financiamento junto do BPI de duas tranches de 2.000.000 euros (4.000.000 euros), com um valor em dívida no fim de 2025 de 1.533.333 euros. Uma tranche de 2.000.000 euros foi totalmente amortizada em 2024 e a segunda será totalmente amortizada no ano de 2031. Durante o ano de 2026 está prevista a amortização de 266.667 euros, ficando em dívida, no fim de 2026, o valor de 1.266.667 euros.

Para aquisição do novo auditório em Lisboa, na Rua Defensores de Chaves, e sua remodelação foi realizado um investimento de 4.709.382 euros, pelo que foi necessário recorrer a um financiamento no BPI no montante de 2.225.000 euros em 2014 com um prazo de 17 anos, que irá terminar em 2031. O montante em dívida no final de 2025 é de 1.496.631 euros, sendo o montante amortizado em 2026 de 99.323 euros, pelo que o valor previsto em dívida no final de 2026 será de 1.397.308 euros.

As instalações adquiridas para a casa OCC de Lisboa, na Avenida Almirante Gago Coutinho, com um valor de investimento até ao momento de 1.496.628 euros, teve um financiamento do BPI aprovado para sua aquisição no montante de 675.000 euros, com amortização prevista até 2031. Em outubro de 2023 foi realizada a liquidação antecipada do contrato de leasing n.º 20006211, referente à aquisição do imóvel na Avenida Gago Coutinho.

De acordo com o orçamento de tesouraria o valor estimado da dívida em 31 de dezembro de 2026 é 2.663.975 euros, com uma amortização acumulada dos financiamentos do período 2018 a 2026 no valor de 7.516.877 euros, que corresponde a uma amortização de 73,8% do montante em dívida em 31 de dezembro



de 2017.

Demonstração Previsional dos Fluxos de Caixa do período findo em 31/12/2026

euros

Rubricas	Previsional 31/12/2026	Previsional 31/12/2025
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Recebimentos de clientes e membros	29 335 353	28 956 431
Pagamentos a fornecedores	-14 799 728	-13 600 441
Pagamentos ao pessoal	-10 215 031	-9 846 189
Caixa geradas pelas operações	4 320 594	5 509 801
Outros recebimentos/pagamentos	-3 777 528	-3 138 205
Fluxos das atividades operacionais (1)	543 067	2 371 596
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-1 623 420	-1 437 156
Ativos Intangíveis	-497 989	-976 466
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	53 625	74 906
Fluxos das atividades de investimento (2)	-2 067 784	-2 338 716
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos de depósitos bancários	-365 990	-365 990
Juros e gastos similares	-66 422	-82 668
Fluxos de atividades de financiamento (3)	-432 412	-448 658
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	-1 957 129	-415 778
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 951 630	5 367 409
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 994 501	4 951 630

Balanço Previsional em 31/12/2026

euros

Rubricas	Previsional 31/12/2026	Previsional 31/12/2025
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	22 971 833	22 395 243
Bens do património histórico e cultural	303 328	303 328
Ativos Intangíveis	4 786 762	3 220 144
Outros créditos e ativos não correntes	0	30 625
Subtotal	28 061 924	25 949 341
Ativo corrente		
Inventários	39 715	41 117
Créditos a receber	2 816	2 228
Estado e outros entes públicos	55 321	55 321
Membros	2 651 279	2 227 019
Diferimentos	905 792	969 613
Ativos não correntes detidos para venda	1 500 285	1 500 285
Outros ativos correntes	332 057	264 529
Caixa e depósitos bancários	2 994 501	4 951 630
Subtotal	8 481 767	10 011 743
Total do ativo	36 543 691	35 961 084
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Fundos	23 585 321	23 621 251
Resultados transitados		
Reservas fundo de solidariedade social	121 966	118 021
Outras variações nos fundos patrimoniais	20 000	20 000
Subtotal	23 727 287	23 759 272
Resultado líquido do período	127 966	96 048
Total dos fundos patrimoniais	23 855 253	23 855 320
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	2 297 985	2 663 975
Subtotal	2 297 985	2 663 975
Passivo corrente		
Fornecedores	485 282	332 959
Estado e outros entes públicos	818 912	616 187
Financiamentos obtidos	365 989	365 989
Diferimentos	4 680 308	4 695 781
Outros passivos correntes	4 039 961	3 430 873
Subtotal	10 390 453	9 441 789
Total do passivo	12 688 437	12 105 763
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	36 543 691	35 961 084



Demonstração Previsional dos Resultados por Naturezas

Demonstração Previsional dos resultados por naturezas	euros				
	Orçamento 2026	Orçamento 2025	Previsional 2025	Orçamento Variação	Orçamento Variação %
Vendas e serviços prestados	26 566 575	27 943 291	24 461 443	-1 376 716	-5%
Trabalhos para a própria entidade	1 972 616	891 066	1 624 161	1 081 550	121%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 402	-1 225	-2 730	-177	14%
Fornecimentos e serviços externos	-14 406 707	-15 246 276	-13 085 834	839 569	-6%
Gastos com o pessoal	-10 525 543	-9 654 116	-10 164 171	-871 427	9%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-44 000	-84 000	-25 225	40 000	-48%
Outros rendimentos	73 488	67 911	86 162	5 577	8%
Outros gastos	-309 778	-284 240	-372 899	-25 538	9%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	3 325 249	3 632 412	2 520 908	-307 164	-8%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-2 766 763	-2 434 025	-2 070 810	-332 738	14%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	558 486	1 198 387	450 098	-639 902	-53%
Juros e rendimentos similares obtidos	67 528	78 418	99 332	-10 890	-14%
Juros e gastos similares suportados	-66 422	-95 464	-80 380	29 043	-30%
Resultado antes de impostos	559 592	1 181 341	469 050	-621 749	-53%
Imposto sobre o rendimento do período	-431 625	-269 080	-373 002	-162 545	60%
Resultado líquido do período	127 966	912 261	96 048	-784 294	-86%

Conforme demonstração previsional dos resultados por naturezas apresentada, prevê-se que o resultado líquido do período do ano de 2026 ascenda a 127.966 euros.

Aprovado em reunião de Conselho Diretivo de 27 de novembro de 2025

Bastónaria

Paula
Franco

XIV. Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o período de 2026

Nos termos das disposições estatutárias, designadamente do disposto na alínea c) do art.º 62.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro, compete ao Conselho Fiscal (CF) emitir parecer sobre o orçamento da Ordem apresentado pelo Conselho Diretivo (CD) sob a designação de Plano de Atividades e Orçamento 2026 (doravante apenas 'PAO 2026').

O PAO 2026 assenta nas opções estratégicas definidas pelo CD, apresentadas no ponto X e que se sistematizam nos seguintes em três vetores: "I) O Contabilista 3.0", "II) Reforço da qualificação, atração e valorização da profissão" e "III) Transformação digital e inovação ao serviço dos membros". O PAO2026 inclui as atividades e projetos previstos realizar pelo CD em 2026, bem como os Mapas previsionais de rendimentos (totalizando 28.720.207 euros) e de gastos (totalizando 28.160.615 euros), o Plano anual de investimentos, o Balanço previsional em 31 de dezembro de 2026 (que evidencia um total de 36.543.691 euros e um total dos fundos patrimoniais de 23.855.253 euros, incluindo um resultado líquido do período de 127.966 euros), a Demonstração previsional dos resultados por naturezas, a Demonstração previsional dos fluxos de caixa e o Orçamento de tesouraria, todos referentes ao período de 2026.

Para a concretização dos vetores estratégicos mencionados, encontra-se previsto um plano operacional, contemplando um conjunto de medidas e ações a realizar, descritas no ponto XI sob o título "Atividades e projetos para 2026", as quais se concretizam nas estimativas económico-financeiras apresentadas.

Verificámos a consistência e a adequação dos pressupostos e das estimativas contidas nos instrumentos de gestão previsional acima referidos.

O trabalho que efetuámos, tendo em vista aferir se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes, incluiu a realização de indagações destinadas a avaliar a razoabilidade da apresentação da informação previsional e a execução de procedimentos de inspeção e recálculo de mapas de suporte.

Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do Parecer sobre o PAO 2026.

Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, nada



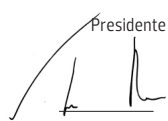

chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável relativamente àquela informação e que a mesma não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela Ordem.

Por fim, advertimos que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que as quantias reais poderão vir a ser diferentes das previstas e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Face ao exposto, o CF dá parecer favorável à aprovação pela Assembleia Representativa do PAO para o período de 2026 apresentado pelo CD.

Lisboa, 27 de novembro de 2025.

O conselho fiscal

	
Presidente	Vogal
Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes	Raquel Vandra da Mota Pinto



Ordem dos Contabilistas Certificados

Avenida Barbosa du Bocage, 45 • 1049-013 Lisboa
Tel. 217 999 700 | Fax. 217 957 332
www.occ.pt | geral@occ.pt